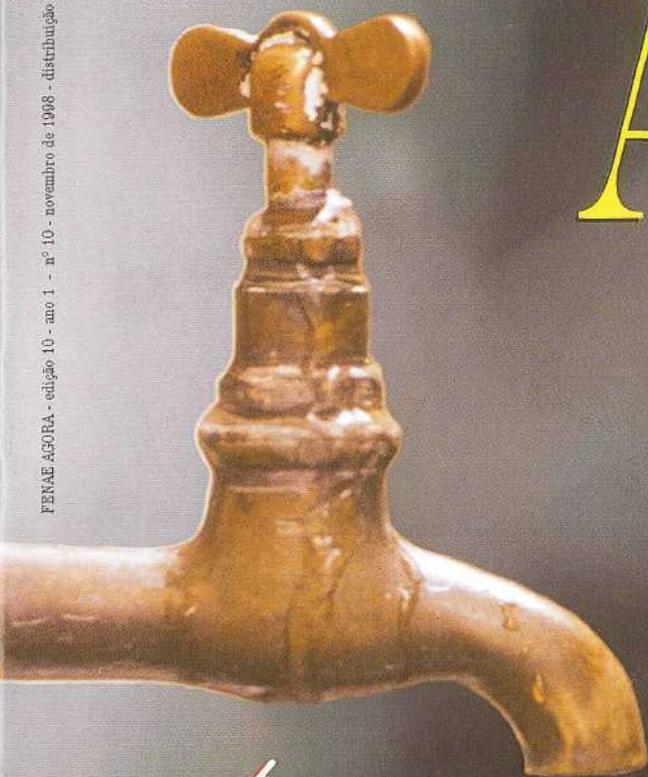


AGORA

FENAE



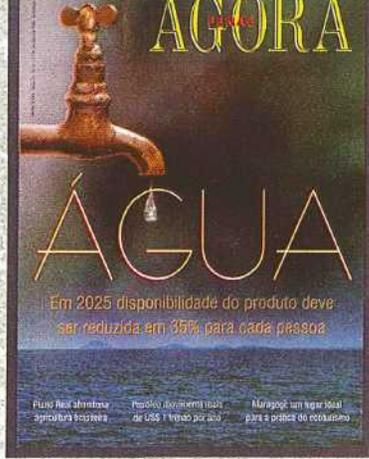
ÁGUA

Em 2025 disponibilidade do produto deve ser reduzida em 35% para cada pessoa

Plano Real abandona agricultura brasileira

Petróleo movimenta mais de U\$1 trilhão por ano

Maragogi: um lugar ideal para a prática do ecoturismo

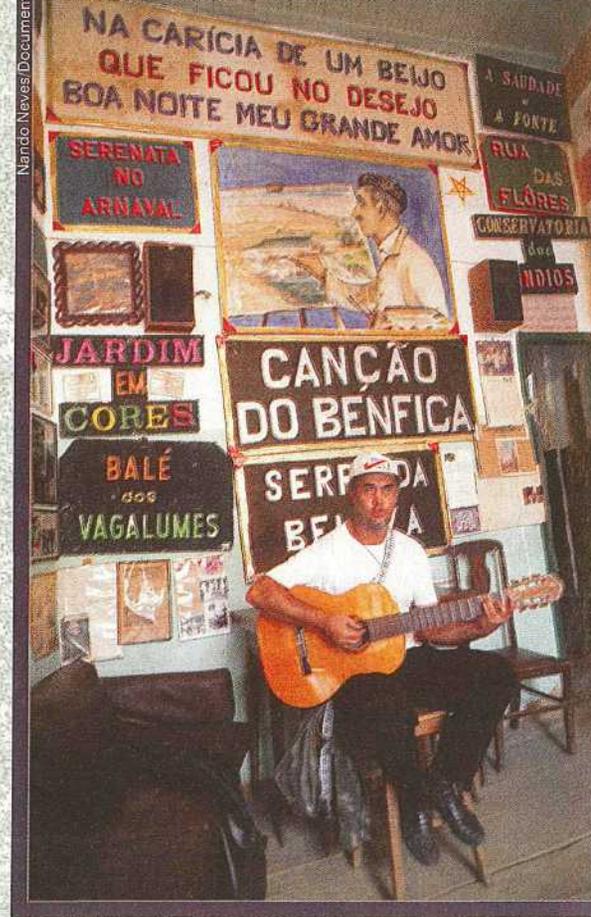


Capa:
Falta de água já atinge 20 %
da população do planeta
Pág. 12

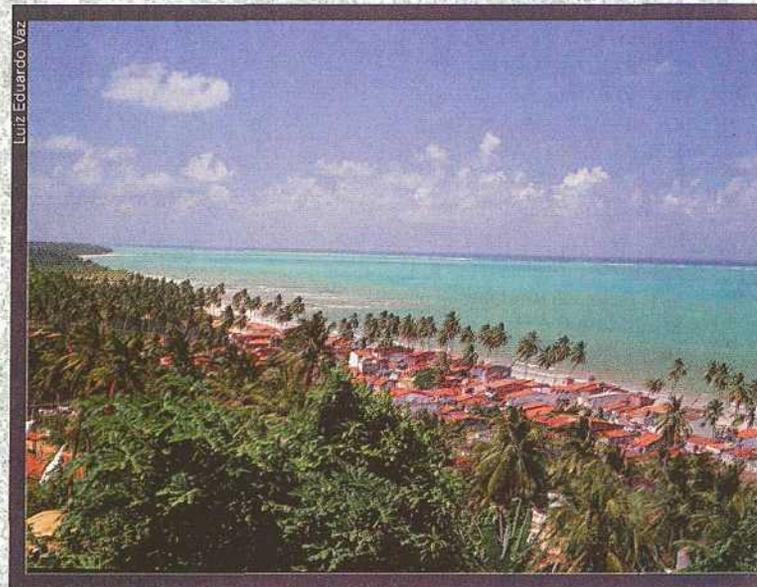
AGORA

FENAE

- 7 "Um país sentenciado",
segundo Janio de Freitas
- 8 Âncora verde, o abandono.
Assim está a agricultura do país
- 20 FENAE Assist, um seguro
para viagem internacional
- 22 Os bastidores do Congresso
- 23 Simpósio dos aposentados
reafirma a defesa da Caixa
- 26 A moda do guarda-roupa
inadequado do brasileiro
- 30 Aloysio Biondi: "A crise
mundial vem (mesmo) aí?"
- 32 "O outro lado da pirataria",
na opinião de Tárík de Souza
- 36 Petróleo, um dos motores
da economia mundial



A seresta não morreu. Gênero renasce com força espantosa no coração do amor romântico
Pág.28



Maragogi, um paraíso que fica no litoral norte de Alagoas - **Pág. 33**

Seis horas

Exercite esta conquista

Dois milhões de horas extras
não pagas é a estimativa da CEE/CEF

A Caixa deve aos seus empregados
R\$ 35 milhões em horas extras

O passivo reconhecido pela empresa
só em São Paulo é de 86.349 horas



Publicação da FENAE -
Federação Nacional das Associações
do Pessoal da Caixa Econômica Federal

Administração e redação:

Setor Comercial Sul, quadra 1, edifício União,
6º andar, Brasília/DF, CEP: 70300-901
Telefone: (061) 323-7516
Fax: (061) 325-6057
Telex: (061) STM400 - Caixa Postal 33794
Homepage: www.fenae.org.br
E-mail (Internet): fenae@fenae.org.br
(Altermex): fenae@ax.ibase.org.br

Diretoria Executiva

Presidente:
Carlos Caser
Vice-Presidente:
José Francisco Zimmermman
Diretor Financeiro:
Carlos Borges
Diretor de Relações no Trabalho:
João Alberto Garcia Moschkovich
Diretor Administrativo:
Admilson dos Santos Canuto
Diretor de Esportes:
Jorge Cruz Marcai
Diretor Cultural:
Emanuel Souza de Jesus
Suplente: José Durval Fernandes Reis

Conselho Fiscal

Orlando Martins Pinto
Jesus Rodrigues Alves
Cláudio Pimentel Corrêa

Suplentes

Danilo Aguilar Ferreira
Bernadete Santos de Aquino

Conselho Deliberativo Nacional

Presidente: Jorge Peixoto de Mattos
Vice-Presidente: Maria Auxiliadora N. de Almeida
Secretário: Fernando de Mello

Editor: Afonso Costa (MTb - RJ 16.234)

Redação: Antônio José, Evandro Peixoto e
Marcio Sardi

Colaboradores: Jânio de Freitas, Aloysio Biondi,
Tárik de Souza e Adacir Reis

Diagramação: HélderNarde

Ilustração: Lisarb

Impressão: Bangraf

Tiragem desta edição (75 mil exemplares)
comprovada por Price Waterhouse O
cuja carta-relatório encontra-se em nosso poder

Os artigos assinados são de
responsabilidade dos seus autores
Distribuição gratuita

Uma ameaça ronda a Terra

É possível vida sem água? Os recursos hídricos do planeta Terra são inesgotáveis? Questões como essas começam a povoar as mentes de ambientalistas, organismos internacionais e governos espalhados pelos cinco continentes. Ocorre que no limiar do século XXI, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), um terço dos países do mundo terá escassez permanente desse precioso líquido.

Imaginar uma situação em que boa parte da população do planeta deixe de ter acesso à água não é obra de ficção científica produzida pelo cinema. Indiferente a essa ameaça, a sociedade das grandes cidades nem sequer tem idéia de que a falta do produto já atinge 20% dos habitantes do mundo. O problema é tão sério que a ONU instituiu o dia internacional da água em 22 de março deste ano, procurando com isso alertar os diversos governos sobre a necessidade de se adotar medidas que mantenham a qualidade da água advinda dos mananciais.

Esta edição da FENAE AGORA levanta a lebre do debate sobre o assunto, tendo consciência de que cabe a cada um de nós fazer a sua parte. É preciso perseguir a meta de evitar que a guerra por esse bem valioso se alastre, Brasil afora, como uma praga. Igualmente desalentadora é a atual realidade da agricultura brasileira, cujos problemas se agravaram nos últimos

quatro anos, como resultado de uma política governamental equivocada.

De inadequação a inadequação, a moda do paletó e gravata no guarda-roupa do brasileiro é uma afronta ao clima tropical do nosso país. Mas há também poesia no fim do túnel. De ponta a ponta do Brasil, a seresta renasce com força e mostra que, em tempos de globalização econômica, cantar o amor dá ibope. É o lúdico ocupando o seu merecido espaço.

Viagem internacional, agora, vira bom negócio através do FENAE Assist. O

produto, que será operacionalizado pela FENAE Corretora, recebe a chancela da Icatu Hartford e da Europ Assistance. O tema da cidadania não poderia faltar nesta edição. E o maior exemplo disso vem

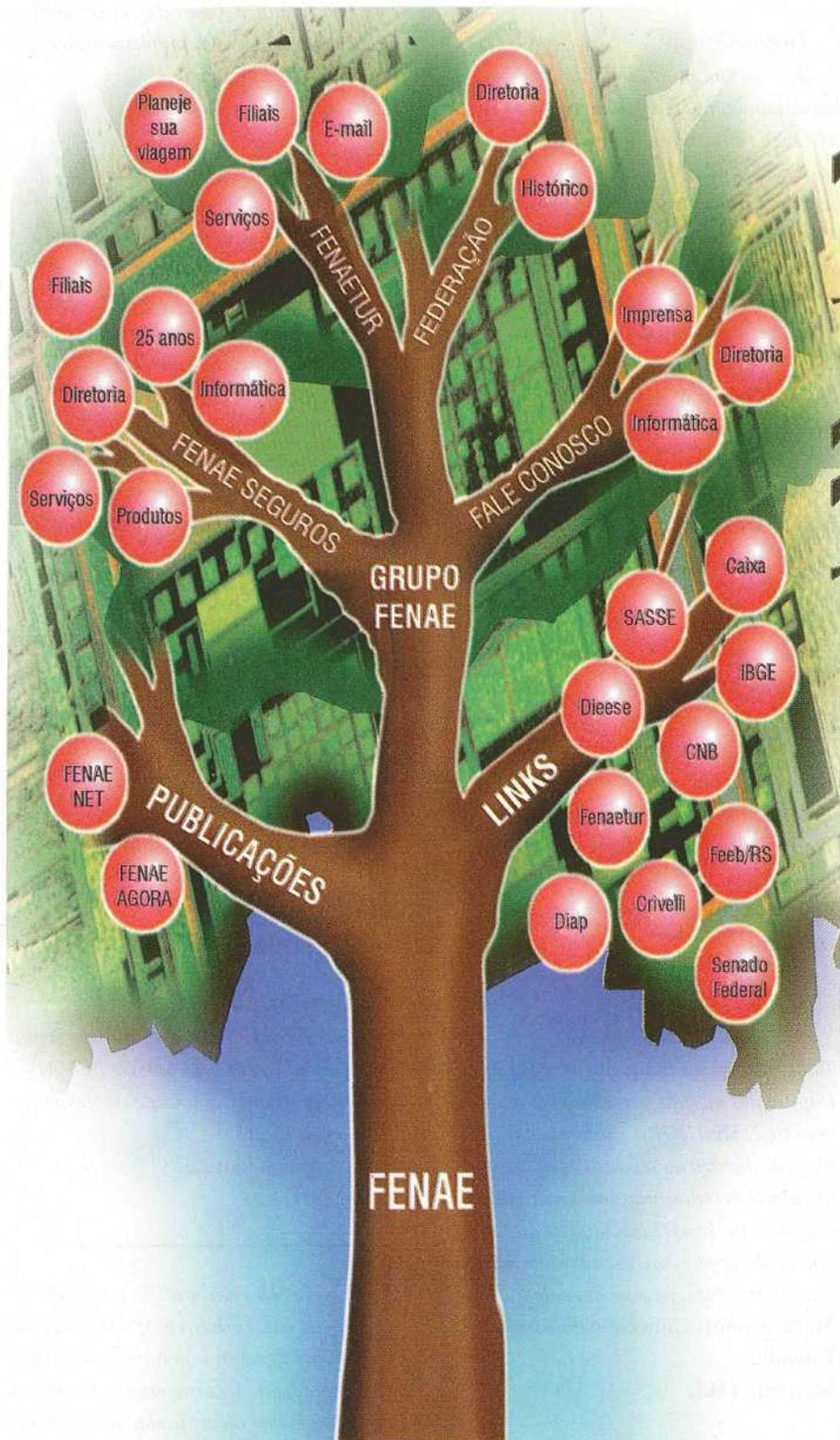
dos aposentados e pensionistas da Caixa Econômica Federal. Um segmento que, em recente simpósio nacional, mostrou vitalidade na luta para que a CEF venha a tornar-se cada vez mais promissora, saudável e sintonizada com os desafios sociais do Brasil.

Um bom programa para os que curtem o que de melhor a natureza oferece se esconde no litoral de Alagoas. Chama-se Maragogi. E se trata de um cartão-postal de praias com águas azuis e mornas, florestas nativas, rios cristalinos e um banco de corais com 600 piscinas naturais. Delícias que só o paraíso pode conceber. 

Falta de água
atinge 20%
da população
no mundo



Desde o início de outubro, está no ar a nova homepage da FENAE na Internet. Em www.fenae.org.br, o empregado da Caixa e os internautas em geral podem acessar informações sobre a Federação Nacional das Associações de Pessoal da Caixa Econômica Federal, a FENAE Seguros e a Fenaetur. Confira algumas páginas de www.fenae.org.br:



FENAE

Traz informações sobre a composição da diretoria da Federação, sobre as eleições e sobre o Conselho Deliberativo Nacional (CDN). Já com relação à história da FENAE, essa página traz a criação da Federação, em 1971, fala das APCEF's, presentes em todos os estados, e também sobre o fomento à cultura, esporte, lazer e consciência política dos empregados da Caixa.

Grupo FENAE

Os serviços e as 10 filiais da Fenaetur estão nessa parte da homepage, que traz ainda um formulário para os interessados planejarem sua viagem, bem como o e-mail da Fenaetur. No site da corretora, estão os diversos produtos oferecidos e as características de cada um. Inclui ainda os produtos da SASSE.

Grupos de discussão

Entre em "novidades" e, em seguida, nos grupos de discussão, para apresentar sua opinião sobre FUNCEF, PREVHAB, campanha salarial, rumos da Caixa. Para participar dos grupos é preciso solicitar uma senha junto à informática da FENAE. O grupo de discussão é exclusivo dos empregados da Caixa.

Fale conosco

Através dos e-mails da diretoria da FENAE (fenae@fenae.org.br), da imprensa (imprensai@fenae.org.br) e da área de informática (cinfor@fenae.org.br), o internauta pode se comunicar com a Federação.

Dos LEITORES

Consciência

A Federação Nacional dos Portuários (FNP), que recebe regularmente exemplares da revista FENAE AGORA, elogia o alto nível das matérias publicadas. Talvez a maioria da sociedade brasileira não tenha consciência da importância dos portos no que diz respeito à economia, geração de divisas e, enfim, desenvolvimento do Brasil (balança comercial). A mão-de-obra dos trabalhadores nos portos brasileiros é responsável por aproximadamente 95% da produção (exportação/importação) do país.

Ao parabenizar a revista e falar da nossa categoria, a FNP deseja acrescentar que o artigo sobre os fundos de pensão, de responsabilidade de Aloysio Biondi, é excelente.

José Renato Inácio de Rosa
Brasília (DF)

E-mail

Um e-mail curto e direto chegou à redação da FENAE AGORA com a seguinte mensagem: "Cada dia que passa ficamos mais admirados com as edições desta revista. As matérias são muito bem escolhidas. E aí vai nossa sugestão: gostaríamos de ver uma reportagem a respeito do último concurso da Caixa Econômica Federal e saber porque existe ainda tantos estagiários e terceirizados, sendo que a CEF continua deficitária no seu quadro de pessoal, apesar de tantos terem passado no concurso."

Lourdes Escobar
Brasília (DF)

Tendência

Acuso o recebimento da revista FENAE AGORA, edição de agosto/98, que veio preencher o espaço deixado pela grande maioria dos demais veículos de informação comprometidos com a atual tendência da mídia, que é a de informar o conveniente aos grupos poderosos, angariando com isso simpatia, preferência na colocação de anúncios e referências elogiosas. "É dando que se recebe".

Agora, podemos nos identificar com uma revista que trata as informações de modo imparcial e não-tendencioso, levando-nos a desenvolver um conceito correio e

lúcido em relação aos assuntos abordados. Parabéns, FENAE AGORA!
Eduardo Fernando Nunes Fradique
Gravatá (PE)

Importância

Tem sido de grande importância e qualidade as matérias publicadas por FENAE AGORA. Aproveito para parabenizá-los pelo excelente conteúdo das últimas edições da revista. Veículos de informação como esse passam a ser formadores de opinião e transformadores de conduta.

Gostaria que a parte jurídica da FENAE fizesse um trabalho acerca do quantitativo de lesionados na Caixa Econômica Federal, bem como organizá-los para se saber quais casos reais de indenizações favoráveis existem na Justiça.

Marcos A.A. Sá
Brasília (DF)

Profissão

Sou estudante do curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), no Ceará, e gostaria de receber com regularidade FENAE AGORA. Sei da importância que a revista trará para minha profissão, por obter informações sobre política, economia, cultura etc. Tudo que deixa qualquer profissional bem informado.

Francisca Maria Matos Alves
Sobral (CE)

Aprendizagem

O Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação de Maracaju (Simtrema) notifica o recebimento da revista FENAE AGORA e informa que a publicação divulga notícias essenciais para os trabalhadores em educação do país inteiro, categoria que sempre busca textos que possam ajudá-la no processo ensino/aprendizagem. Esta revista chegou para valer.

Maria Antonia Conceição de Souza
Kuendig
Maracaju (MS)

Qualidade

A par dos meus cumprimentos, externo

os parabéns pelo resultado da revista FENAE AGORA, demonstrando assim a qualidade do trabalho desenvolvido. Ensejando ser elo nessa corrente progressista, comunico a minha disposição ao somatório de ações que se fizerem complementares.
Deputado Luiz Durão
PDT (ES)

Mazelas

Como jornalista profissional, parabeniço a revista pelas matérias enfocadas que a FENAE AGORA tem dado à sua linha editorial.

Num país com tantas mazelas sociais e uma sociedade tão mal informada dos fatos, principalmente econômicos e políticos do governo federal, são indispensáveis publicações nessa linha editorial. Sobretudo com colaboradores independentes como Janio de Freitas e Aloysio Biondi, que dispensam apresentações.

Jean Cario Farias Gregorio
João Pessoa (PB)

Suporte

A Coordenadoria Diocesana da Pastoral Operária de Montes Claros, Minas Gerais, cumprimenta os editores da FENAE AGORA. O porquê: os artigos abordados pela revista são de muita importância no suporte aos nossos trabalhos.

Laurenício M. da Silva
Montes Claros (MG)

Agradecimento

A Universidade Potiguar comunica que recebeu a edição de agosto/98 da FENAE AGORA pela qual agradece e elogia qualidade da publicação.

Mizael Araujo Barreto
Natal (RN)

A seção "Dos Leitores" é o espaço de opinião do leitor. FENAE AGORA se reserva o direito de resumir as cartas, sem prejuízo do conteúdo. As correspondências devem ser devidamente identificadas (assinatura e endereço).

Imprensas@fene.org.br 

Um país sentenciado

■ Janio de Freitas

No primeiro ano do primeiro mandato, Pedro Malan usou de um bordão que era considerado na Presidência muito inconveniente do ponto de vista político. "Temos que manter essa política", dizia ele em resposta às reivindicações e às queixas, "por uns três anos, para que a estabilidade seja consolidada". Com as cobranças de redução dos juros, combate ao desemprego crescente, correção dos vencimentos arrochados, e tantas outras, o próprio Fernando Henrique achou mais cômodo adotar o argumento dos três anos em nome da estabilidade.

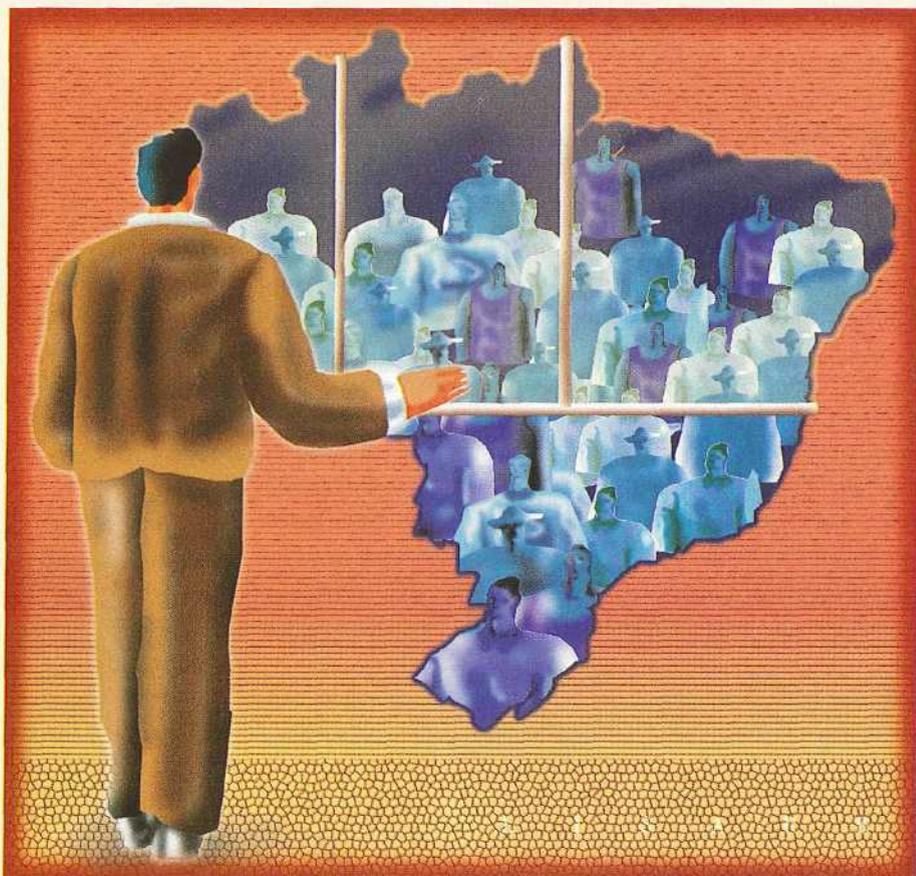
Nestes três anos o crescimento foi contido, as melhorias sociais aconteceram só nos discursos, parte ponderável do patrimônio nacional virou dinheiro para pagar juros, os especuladores nacionais e internacionais ganharam, a cada dois para três meses, o que levariam um ano para ganhar lá fora.

Completados os três anos pedidos, no quarto o Brasil estourou. E Fernando Henrique foi eleito, ao impulso do empresariado, para o que Pedro Malan já definiu assim: "Precisamos de três anos de ajuste para conter o déficit e acabar com a dependência ao capital externo".

Tradução: mais endividamento externo e interno, mais dinheiro público para juros, crescimento zero, mais desemprego, salários mais defasados, menos recursos para saúde e educação. Em uma palavra: recessão.

Ao fim dos três primeiros anos do primeiro mandato, essa é a promessa para o segundo. O que esperar ao fim dos novos três primeiros anos?

Se a lógica dos povos e das nações funcionar - e, no Brasil ela tem falhado muito



menos do que parece - vamos ter um país enredado com agitações complicadas, políticas também, mas sobretudo sociais. No campo, como advertem as fermentações que resultaram no Movimento dos Sem-Terra, e nas cidades, onde qualquer agitação pode levar ao paroxismo da insegurança e da violência urbana.

Os sinais da degradação nas relações entre as camadas sociais só não são vistos por quem não os queira ver. Na verdade, nem precisa

ver: está forçado a sentir. E a mostrar que sente: nas grades e muros altos, nos vidros fechados dos carros, no medo e na vigilância constantes, e por aí fora.

Agravar uma situação assim não é um modo de governar um país. É uma forma de condenar um país.

Janio de Freitas,
jornalista 

O mito da â

Política de importação do governo Fernando Henrique Cardoso é vista como altamente

Em meio a uma grande crise, com falta de incentivo governamental e produção estagnada, a agricultura brasileira pede socorro. Da Colônia, passando para o Império e na República, até o período pós-Plano Real, a produção agrícola no país tem sido deformada pela estrutura de posse da terra (excessivamente concentrada) e pelo descaso em relação às necessidades da população.

Historicamente, a tarefa de alimentar a população jamais foi vista como prioritária da política agrícola brasileira. Esse desempenho piorou desde a adoção do Plano Real, em 1994. Principalmente porque o governo Fernando Henrique Cardoso optou por estimular uma política de importações agrícolas, saindo pelo ralo em 1997 cerca de US\$ 7,5 bilhões. Um aumento de 168% de 1993 para cá, levando-se em conta que naquele ano o gasto do país com importações agrícolas foi de US\$ 2,8 bilhões.

Se por um lado as importações crescem, como resultado do acordo agrícola assinado pelo Brasil na Rodada Uruguai do Gatt (Acordo Internacional de Tarifas e Comércio), no decorrer de 1994, as exportações caem em proporção inversa. O acordo do Gatt (hoje OMC - Organização Mundial de Comércio) obriga o Brasil a reduzir o apoio ao setor

agrícola, de forma a limitá-lo em US\$ 912 milhões/ano até 2004, e a ampliar progressivamente a participação das importações na oferta interna. O agrônomo Gerson Teixeira, do Núcleo Agrário da Liderança do PT na Câmara dos Deputados (mestrado em desenvolvimento agrícola pela Fundação Getúlio Vargas), considera essa política danosa para a produção agrícola nacional. Trata-se, segundo ele, de uma política que subordina a agricultura brasileira aos interesses de expansão de mercado dos países ricos, "inclusive com aumento acentuado da dependência externa das tecnologias utilizadas nas lavouras do nosso país."

Nociva

A tese defendida por Teixeira coincide com o que pensa o economista Carlos Augusto Albuquerque, da Federação de Agricultura do Estado do Paraná (Faep). Ele garante que a política de importação do governo federal é altamente nociva à produção agrícola nacional. "O problema é que, com essa política, o Brasil tem de conviver com produtos importados subsidiados em seus países de origem, como são os casos do leite, trigo, milho e algodão, com preços internos abaixo do mercado e com

defasagem cambial." Incisivo, Albuquerque diz que a política agrícola do atual governo não beneficia o produtor rural, acrescentando: "Do Plano Real para cá a média de preços dos produtos agrícolas brasileiros foi de 25%, enquanto a inflação chegou ao patamar de 70%. Isto faz com que o custo de produção aumente, com o produtor rural ganhando cada vez menos."

Essa premissa, se verdadeira, faz com que a lógica governamental mova-se pelo caminho sinuoso do estímulo às importações de produtos agrícolas (até mesmo de arroz e feijão: uma heresia em se tratando de Brasil), reduzindo em consequência os preços internos de alimentos e ma-

térias-primas, como forma de assegurar a estabilidade da cesta básica. É assim que a equipe econômica de Fernando Henrique Cardoso pretende transformar a agricultura numa espécie de âncora verde, dando suporte para outra âncora: a cambial.

Esse diagnóstico é endossado por levantamento do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da Fundação Getúlio Vargas. Sob a origem de produção, o estudo do Ibre registra pequena desaceleração no ritmo de variação de preços de produtos agrícolas, de 0,16% para 0,15%.

Desestímulo à
produção de
alimentos é
cada vez maior



Encora verde

nociva para a produção agrícola nacional, segundo opinião de diversos especialistas

Típico da falta de uma política adequada é o fato de, nos últimos anos, a produção agrícola nacional não registrar avanços significativos. As estimativas realizadas em maio indicam redução para a safra deste ano. A expectativa é de que a produção total de cereais, leguminosas e oleaginosas chegue a 76,4 milhões de toneladas, resultado 1,45% inferior ao obtido em 1997 (77,5 milhões de toneladas). Isto é sinal de reversão, dado que estimativas anteriores divulgadas pelo governo apontavam um quadro mais promissor para a produção nacional de grãos.

Essa quebra na produção atual, aliás, provocou a maior importação de alimentos das duas últimas décadas já feita pelo Brasil. Tanto que até o final do ano, segundo dados da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, o país terá importado quase 9,5 milhões de toneladas de feijão, arroz, algodão, milho e trigo. No caso do trigo, o quadro é desalentador. Na compra do produto no mercado externo, especialmente o argentino, o governo brasileiro gastou mais de US\$ 1,1 bilhão, o que coloca o país na condição de maior importador mundial de trigo (5,9 milhões de toneladas).

A persistir essas reduções seguidas nas safras agrícolas, o sonho do Brasil conquistar auto-suficiência no setor fica cada vez mais distante. Potencial agrícola

ÁREA - confronto das safras de 1997 e das estimativas para 1998 Brasil

Produtos agrícolas	ÁREA (ha)		
	Colhida safra 1997	A ser colhida safra 1998	Var %
Total	46 396 578	43 308 686	-6,66
 Algodão herbáceo (em caroço)	635 715	834 522	31,27
 Arroz (em casca)	3 572 638	3 062 239	-14,29
 Batata-inglesa 1ª safra	102 796	93 562	-8,98
 Batata-inglesa 2ª safra	60 753	59 641	-1,83
 Batata-inglesa 3ª safra	17 964	17 169	-4,43
 Cacau (em amendoa)	728 300	709 958	-2,52
 Café (em coco)	2 051 105	2 083 687	0,61
 Cana-de-açúcar	4 878 973	4 990 422	2,28
 Cebola	67 801	65 600	-3,25
 Feijão (em grão) 1ª safra	2 490 928	1 854 519	-25,55
 Feijão (em grão) 2ª safra	2 160 997	1 289 489	-40,33
 Feijão (em grão) 3ª safra	174 362	172 775	-0,91
 Laranja	978 381	1 014 132	3,65
 Mandioca	1 910 040	1 608 428	-15,79
 Milho (em grão) 1ª safra	11 466 195	8 663 698	-24,44
 Milho (em grão) 2ª safra	2 089 875	2 140 871	2,44
 Soja (em grão)	11 504 084	13 250 927	15,18
 Trigo	1 505 671	1 147 047	-5,89

(1) Produção em mil frutos e rendimento médio em frutos/ha

Fonte: IBGE, DPE, DEAGRO - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola

la, tendo em vista que apenas 36% da área agricultável é explorada, o país tem de sobra. Falta, na verdade, encarar a agricultura como prioridade. Boletim recente da CNA (Confederação Nacional da Agricultura) informa que, nos últimos 10 anos, houve redução de 7,1 milhões de hectares da área plantada de grãos. A maior queda ocorreu em quatro anos de governo Fernando Henrique Cardoso: de 38,5 milhões de hectares na safra 94/95 para 35,7 milhões em 97/98. Um redução de 26% na área plantada com feijão, 15% com milho, 21% com arroz e 42% com algodão. Significa que, no período de 94 a 98, a área total de grãos declinou 7,8%.

Recai sobre o crédito rural boa parte da responsabilidade pelo ritmo lento da produção brasileira de cereais, leguminosas e oleaginosas. Para a safra 1998/99, o governo prevê recursos da ordem de R\$ 10 bilhões. Mas a forma como esse crédito é distribuído indica claramente as preferências e prioridades estabelecidas pelas autoridades econômicas. Há queixas de que isso,

m u i t a s

vezes, dificulta o acesso dos agricultores a esses recursos. O problema é agravado pelas dificuldades que os bancos privados criam para liberar o dinheiro do crédito rural. Gerson Teixeira credita a um sem-número de distorções o maior problema na política de crédito rural, consubstanciada no desvio de recursos da agricultura para as instituições financeiras privadas e para setores comerciais.

Afora isso, o economista Carlos Albuquerque aponta o aspecto sazonal da agricultura brasileira como outro forte empecilho para a auto-suficiência na produção de grãos. Essa situação, segundo ele, faz com que existam grandes compradores restritos para a safra produzida pelas diversas regiões do país. "Diferentemente do que ocorre nos Estados Unidos e na Europa, cujos governos subsidiam os produtos de seus agricultores com a garantia de uma política de preços mínimos, o governo do Brasil pouco incentivo tem dado para o custeio e comercialização da safra. E isso se agravou a partir do Plano Real", completa o técnico da

Federação de Agricultura do Paraná.

Dívidas Dívida no setor rural já virou caso crônico. Os produtores devem hoje aos bancos cerca de R\$ 32,5 bilhões, dos quais 28% (R\$ 9,1 bilhões) estão em atraso. Face a essa situação, o governo federal lançou em 1995 o programa conhecido como securitização, que permitiu o alongamento dos prazos de vencimento das dívidas agrícolas até R\$ 200 mil. A primeira parcela da securitização, vencida no fim de outubro, deve ter seu pagamento prorrogado conforme promessa feita pela

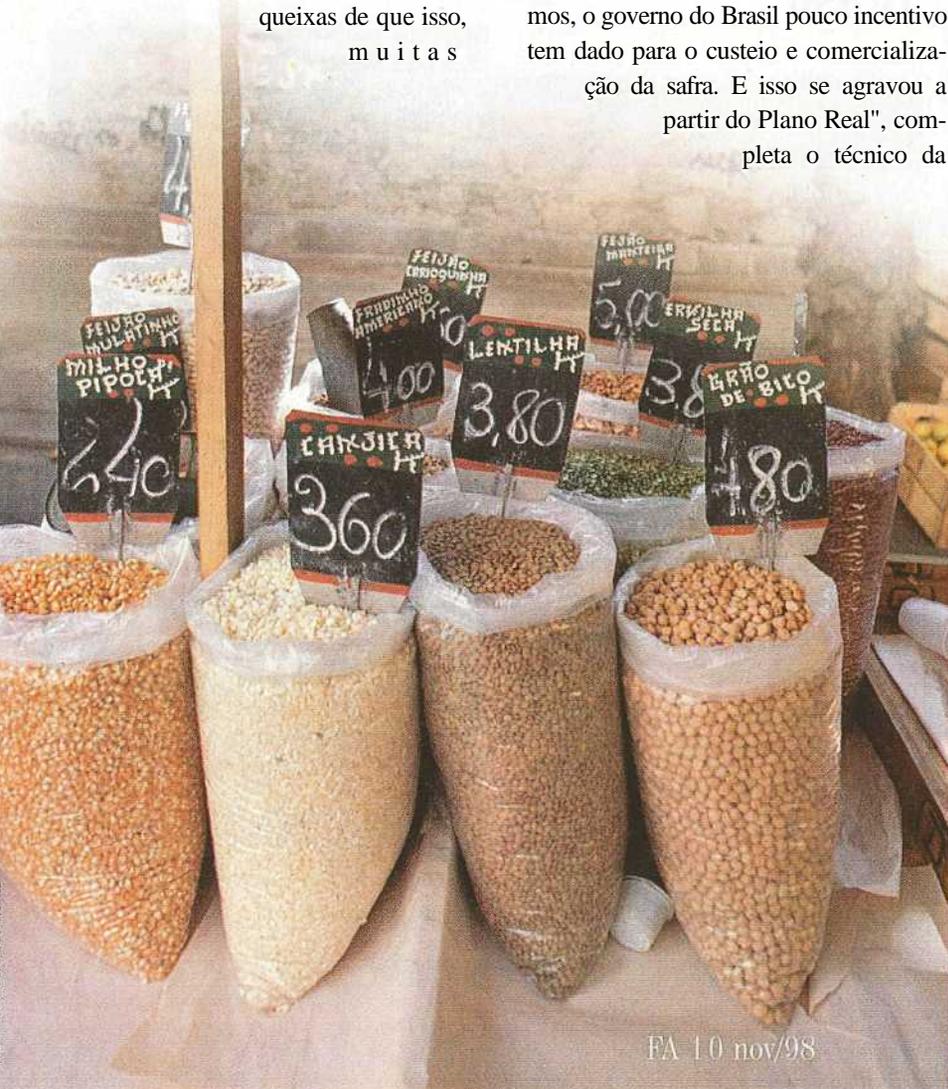
equipe econômica do governo. Detalhe: até esse ato não resolve o problema do setor, dado que as possíveis garantias dos agricultores serão comprometidas pela rolagem dessa dívida. É fato que o agricultor brasileiro está descapitalizado e impedido, por questões conjunturais, de oferecer garantias mínimas aos bancos a fim de contratar novos empréstimos.

Mais dramática ainda é à realidade dos trabalhadores rurais. Conforme o documento "Mercado de trabalho brasileiro", de autoria de Edward Amadeo (ministro do Trabalho), os trabalhadores assalariados na agricultura correspondem a 7% da PEA (população economicamente ativa). Desse contingente, somente 29% têm carteira assinada. A Pnad (Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio) estima que 81% do total de crianças entre 5 e 6 anos trabalham na agricultura.

Grande também é o desemprego no campo, que cresceu posteriormente ao Plano Real. Dados da Fundação Getúlio Vargas indicam que, apenas no ano de 1996, houve redução de 8,3% na PEA agrícola. Isso significou a perda de pelo menos 1,2 milhão de postos de trabalho. O que tal situação mostra? Apenas, na opinião de Teixeira, que a política de assentamento do presidente Fernando Henrique Cardoso funciona como peça de marketing oficial.

A subnutrição crônica da maioria da

Produção de grãos em 1998 foi inferior à safra de 1997



Balança comercial do setor agropecuário brasileiro

Janeiro a julhc 1998

Produtos	US\$ Milhões			Mil Toneladas			Preço Médio US\$/T		
	1998	1997	Var.(%)	1998	1997	Var.(%)	1998	1997	Var.(%)
Exportações - total Brasil (1)	30.937,6	30.026,8	3,03	141.384,6	123.491,6	14,49			
Exportações agropecuárias (2)	8.945,8	9.916,1	-9,79	19.808,6	18.785,1	5,54			
Soja mesmo triturada	1.608,9	2.022,8	-20,46	6.792,4	6.893,5	-1,47	237	293	-19,28
Café cru em grão	1.238,3	1.597,1	-22,47	440,2	514,2	-14,39	2.813	3.106	-9,44
1 Farelo de soja	1.057,5	1.708,3	-38,10	5.880,5	6.362,2	-7,57	180	269	-33,03
Fumo em folhas	655,9	731,4	-10,32	209,1	200,1	4,49	3.137	3.656	-14,18
1 Suco de laranja concentrado	653,4	521,4	25,32	694,7	600,7	15,65	941	868	8,35
Açúcar em bruto	600,6	394,0	52,45	2.362,1	1.363,8	73,19	254	289	-11,98
Óleo de soja em bruto	449,7	392,3	14,61	744,2	753,5	-1,23	604	521	16,04
Açúcar refinado	416,8	303,7	37,25	1.597,4	1.070,6	49,21	261	284	-8,02
1 Couro	408,6	431,7	-5,34	136,8	125,0	9,45	2.988	3.454	-13,51
Carne de frango	406,2	526,0	-22,78	340,8	380,5	-10,45	1.192	1.382	-13,77
Cigarros	403,9	322,8	25,14	58,6	49,6	18,14	6.893	6.507	5,92
Carne bovina industrializada	172,2	134,5	28,04	60,2	51,4	17,05	2.859	2.614	9,38
Carne de "boiín natura"	163,5	107,4	52,19	49,4	27,1	82,05	3.311	3.961	-16,40
Frutas	158,6	158,1	0,37	176,8	130,8	35,19	897	1.208	-25,76
Café solúvel	156,5	191,3	-18,18	22,8	28,8	-20,74	6.855	6.640	3,23
Outros	395,2	373,3	5,86	242,6	233,3	4,02			
Importações - total Brasil (3)	33.300,4	34.484,4	-3,43	54.184,2	50.701,3	6,87			
Importações agropecuárias (4)	4.123,8	4.219,0	-2,26	11.557,0	10.942,4	5,62			
Legumes e frutas	570,7	590,3	-3,32	949,4	861,8	10,16	601	685	-12,24
Adbus ou fertilizantes	535,9	482,3	11,19	3.760,5	3.208,9	17,19	143	150	-5,12
Trigo em grãos	483,5	498,1	-2,93	3.728,2	2.944,7	26,61	130	169	-23,33
Produtos lácteos e ovos	329,6	289,2	13,96	242,1	194,9	24,24	1.361	1.484	-8,28
Algodão em bruto	312,8	439,2	-28,78	195,6	256,3	-23,66	1.599	1.714	-6,71
'Peixes, crustáceos e moluscos	273,7	284,4	-3,75	119,5	136,5	-12,46	2.291	2.084	9,95
Óleos, gorduras e ceras	249,9	191,5	30,53	306,9	1.521,5	-79,83	814	126	547,07
Arroz em grãos	239,1	135,4	76,62	646,1	398,7	62,05	370	339	8,99
Carne e preparados de carnes	110,2	151,6	-27,33	57,0	92,3	-38,26	1.933	1.642	17,71
Milho em grãos	109,0	52,3	108,22	923,6	328,4	181,21	118	159	-25,95
Café, chá, cacau e especiarias	87,3	87,2	0,08	42,1	36,4	15,64	2.072	2.394	-13,45
Sementes e frutos oleaginosos	84,7	164,1	-48,37	358,7	621,5	-42,29	236	264	-10,53
Bebidas	72,1	109,2	-33,99	42,4	102,2	-58,47	1.698	1.068	58,93
Alimentos para animais	43,3	67,2	-35,50	156,8	199,6	-21,43	276	337	-17,91
Animais vivos	37,7	55,2	-31,77	28,1	38,7	-27,48	1.342	1.427	-5,92
Outros	584,4	622,1	-6,07	781,8	902,5	-13,38			
Saldo total -(1)-(3)	-2.362,8	-4.457,7							
Saldo da agropecuária -(2)-(4)	4.822,0	5.697,1							
Participação -(2)/(1)	28,9%	33,0%							
Participação -(4)/(3)	12,4%	12,2%							

Fonte: CNA com dados básicos do MICT/SECEX
Obs: dados preliminares, sujeitos a alterações

população, tanto a urbana quanto a rural, é outro problema de difícil solução para a agricultura brasileira. Anos atrás o professor Fernando Homem de Melo, da Universidade de São Paulo (USP), elaborou detalhado estudo no qual demonstrou a tese de que a agricultura do país não produz calorias e proteínas suficientes para assegurar uma vida saudável a quem precisa. O estudo de Homem de Melo considerou as calorias e proteínas provenientes do arroz, feijão, milho, mandioca, batata, trigo, açúcar, amendoim, algodão, leite, ovos, óleos de soja e carnes bovina, suína e de aves.

Evidentemente, o desestímulo à produção de alimentos no Brasil é obra de políticas equivocadas. Na área de insumos, por exemplo (fertilizantes, sementes, defensivos etc), as tecnologias não são desenvolvidas em função das necessidades da produção dos alimentos mais comuns no cardápio do brasileiro, o que leva os lavradores do país a adaptarem-se à modernização tecnológica importada e não o contrário. Será que falta autonomia ao Brasil para definir sobre o que produzir, quanto, quando e onde? 

Falta vocação econômica regional para a agricultura

O Brasil carece de vocações econômicas regionais que gerem emprego na agricultura, na pecuária e na agro-indústria. O recém-criado Fórum Nacional da Agricultura (FNA), constituído no sistema de parceria entre os setores público e privado, persegue essa meta e busca ampliar as transações comerciais da agricultura brasileira com o mercado externo. Atualmente, para se ter uma idéia do volume de dinheiro movimentado pelo setor, o agronegócio responde por 33% do PIB, dá emprego a 28% da população economicamente ativa e gera 36% das exportações.

São Paulo, Minas Gerais e Paraná sempre disputaram a liderança da produção nacional de grãos. Os mineiros são o segundo maior produtor de rebanho bovino do país, cabendo a eles ainda a tarefa de produzir 50% do café e 30% do leite consumidos no país. O Paraná também não fica atrás. Eles se destacam na produção do milho, soja e carne suína.

Ocorre, porém, que a capacidade agrícola de SP, PR e MG vem se deslocando - com rapidez espantosa - para o Centro-Oeste, principalmente no que se refere às culturas de milho e soja. Fontes da Federação de Agricultura de Minas Gerais explicam porque isso acontece: o Centro-Oeste é uma região de fronteira agrícola e possui áreas adequadas para a mecanização.

Resta saber que peso a agricultura familiar joga no fomento à produção de alimentos, a fim de que esta passe a ser orientada para as reais necessidades da população.

ÁGUA

Por que preservar
as fontes da vida

■ Marcio Sardi

A var da

Lata d'água na cabeça, lá vai Maria caminhar 15 quilômetros para encontrar o precioso líquido. Em poucas décadas, essa imagem pode deixar de ser exclusiva das regiões áridas para se tornar um problema mundial. No ano internacional dos oceanos, a falta de água já atinge 20% da população do planeta. Por isso, deixa de ser assunto exclusivo dos ambientalistas e passa a fazer parte do dia-a-dia da sociedade, em geral, e dos governos, em quantidade reduzida.

Relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) mostra que, em 28 anos, a carência de água vai afetar dois terços da população mundial. Ou seja, das 8,3 bilhões de pessoas que devem estar habitando a Terra em 2025, nada menos que 5,5 bilhões vão sofrer pela escassez de água, cuja disponibilidade deve ser reduzida em 35% para cada pessoa.

A ONU instituiu o dia internacional da água em 22 de março, antevendo ainda que, no começo do século XXI, um terço dos países do mundo terá escassez permanente do produto. O dia nasceu da Conferência Internacional da Água, ocorrida em Dublin, na Irlanda, em abril de 1992.

Quais as razões para que a população deixe de ter acesso à água? A ambientalista Tea Magalhães, coordenadora-executiva da organização não-governamental Água e Vida, observa que a quantidade de água no mundo é a mesma desde a antiguidade. Por isso, tecnicamente não está se tornando escassa. Está, sim, havendo carência. 'Além da poluição dos recursos hídricos, o que acontece é que a população tem aumentado e vem se concentrando em locais onde a água é pouca', diz Tea.

Outro fator que diminui a disponibili-

dade de água, segundo a ambientalista, é a irrigação crescente, "que gera disputa pela água onde há muita população". Assim, o problema de carência de água deve ser entendido também como a preocupação em tratar os esgotos e encontrar soluções para as áreas com pouca água por habitante.

Com a falta de planejamento urbano, agravada pela omissão de sucessivos gover-

nos, essas soluções estão longe

de aparecer. Através de políticas urbanas de melhor aproveitamento do território, os problemas poderiam ser minimizados.

Em 1995, 50% da população não dispunham de saneamento básico

Mas não são. E, se o Brasil tem 8% de toda a água potável do mundo e ainda assim vive esta situação, pior ainda para países em que a água não é abundante.

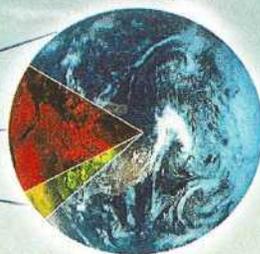
Para combater a escassez, o biólogo Leandro Valle Ferreira, supervisor de projetos do Fundo Mundial para a Natureza (WWF, na sigla em inglês), cita educação e preservação como principais medidas - incluindo "programas de preservação das nascentes de rios e lagos que abastecem as cidades".

A educação é imprescindível, pois "a população ainda não está conscientizada do problema". Desde tomar banho demorado até lavar o carro sem necessidade, todos temos nossa parcela de responsabilidade.

Para se ter uma idéia, lavar o carro por 10 minutos despende 500 litros de água. O movimento Cidadania pelas Águas, ligado à Secretaria de Recursos Hídricos (SRH) do Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal, estima que 75% da água consumida em casa são gastos no banheiro.

Usos da água no mundo

Agricultura - 69%
Indústria - 23%
Uso doméstico - 8%



Fonte: WWF

Carência de água no mundo

(Porcentagem da população)



Fonte: ONU e Instituto Ambiental de Estocolmo

Composição da água no mundo

Água oceânica não-potável - 97%
Geleiras polares - 2%
Água potável - 1%



Fonte: The National Coalition Against Pesticide Us

Distribuição da água no Brasil

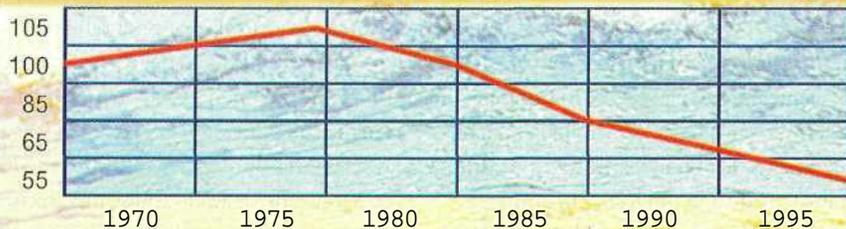
Região Amazônica - 80%
Restante do país - 20%
(Para 95% da população)



Fonte: WWF

Índice de qualidade de vida nos ecossistemas de água doce

(Valores aproximados)



Fonte: WWF

Cidadania pelas Águas é a única iniciativa de porte do governo federal na área. O projeto se resume a apoiar organizações que atuam na conservação dos recursos hídricos. "O movimento de Cidadania pelas Águas não é do governo, é uma ação pública coletiva, incluindo cidadãos que estão no governo e fora do governo, todos com uma característica: preservar os recursos hídricos do país", diz documento da entidade.

Preservação que não é levada a sério pela esfera governamental. O poder público tem planos definidos para tratar de problemas como a proteção dos mananciais, na figura de várias leis ambientais, mas praticamente não os coloca em prática.

Além disso, para Leandro Valle, o poder público "só se preocupa com esse assunto quando os problemas já aconteceram". Ou seja, apenas remedia. "Campanhas públicas poderiam e deveriam mostrar a necessidade de manutenção da qualidade da água através da preservação e proteção dos mananciais", exemplifica ele.

O coordenador do Cidadania pelas Águas, engenheiro José Chacon de Assis, acrescenta que "se não houver mudanças para a prática do desenvolvimento sustentável do consumo de energia, transportes, arquitetura das cidades, entre outros, grande parte do planeta ficará sem água". Assis, presidente do Conselho Regional de Engenharia do Rio de Janeiro, cita que os ataques à água potável podem ser minimizados com a regulamentação de lei específica. Mas também lamenta "a despreocupação do governo com a questão ambiental do país".

Transposição

A ambientalista Tea Magalhães não considera que o Brasil esteja perto do esgotamento, a não ser no Nordeste. Afinal de contas, O país detém 8% do potencial de água potável do mundo, em que pese a distribuição ser desigual no território. Nada menos que 80% da água potável brasileira estão na Amazônia, "onde se concentram menos de .5% da população.

Um pouco diferente pensa Leandro Ferreira. Ele alerta que "a água está mesmo se tornando escassa", pelo aumento do consumo, desperdício e falta de preocu-



O acesso da população pobre à água pode ser aprimorado pelos governos com a conscientização sobre as limitações à distribuição do produto

pação com a preservação dos recursos hídricos. Para comprovar, basta citar o exemplo chinês: 78% da água dos rios urbanos da China estão contaminados; 79% dos chineses bebem água imprópria.

O biólogo cita sua cidade, Manaus, como grande exemplo no Brasil. Mesmo estando no centro da maior concentração de recursos hídricos do Brasil, a Amazônia, a capital amazonense sofre com a falta de água, pelo crescimento desordenado e abastecimento deficitário.

Se o Brasil tem tanta água, porque o Nordeste sofre os efeitos da falta de H₂O? Mais uma vez, falta vontade política em aplicar soluções simples - e algumas contestadas ambientalmente -

como a transposição de águas, a perfuração de poços ou a formação de açudes.

Para garantir às populações pobres o acesso à água, Ferreira avalia que a racionalização do uso

dos recursos seriam o primeiro passo. "Como o recurso é limitado e vem sendo desperdiçado, a racionalização poderia trazer benefícios para a população pobre, que em geral fica privada do acesso ou tem acesso a recursos de baixa qualidade", diz. Hoje, isso não acontece porque "a política governamental de chegada da água à população toda deveria ser prioritária, mas não é".

Para o problema da escassez, uma das soluções é alterar a distribuição. Viabilidade técnica existe. O que se pensa em fazer rio Nordeste, transpondo-se as águas do São Francisco para irrigar terras secas, já existe em São Paulo. A capital paulista é abastecida por água de outra bacia,

"Mas junto à viabilidade técnica é preciso pesar os aspectos ecológico, econômico e político", alerta Tea Magalhães. A transposição de volumes muito grandes de água pode causar desequilíbrio ecológico nas regiões! Por isso, para Tea, "a distribuição de água é parte do planeta, e a ocupação do território, antes de tudo, deve ser vinculada às características do lugar". A mesma desfiguração ambiental acontece com o represamento de águas, que altera todo o equi-

líbrio ecológico das regiões afetadas.

Já a vontade política falta ainda na implementação de melhorias nos sistemas de saneamento básico. A ambientalista Tea Magalhães afirma que não basta querer ter saneamento. É preciso poder. Os governos sempre priorizaram o abastecimento e, num segundo passo, a retirada do esgoto das casas. Somente agora se pensa em tratar os dejetos.

A própria ONU inclui o saneamento em suas preocupações. Relatório conjunto com o Instituto Ambiental de Estocolmo, de 1995, revelava que metade da população não tinha saneamento básico.

Esgoto Por não ser tratado em sua maioria, o esgoto despejado diretamente nos rios é mesmo um dos grandes problemas que afligem o movimento e organizações não-governamentais. Muito do esgoto que vai para o rio não recebe nem mesmo tratamento primário, a simples separação do material sólido. Há ainda o tratamento secundário, com produtos químicos e biológicos, e o terciário, que inclui filtragem, "É preciso investir no nível de tratamento do esgoto", observa Ferreira. Já as indústrias, para ele, "deveriam investir

Uma família norteamericana gasta 2.000 litros de água por dia

em seus próprios centros de tratamento". Não fazem isso para evitar custos. E, sem controle do governo, ficam livres para poluir.

Tea Magalhães comenta que o despejo direto de esgoto nos rios é um problema ambiental grave, mas não o principal. De certa forma, a água é auto-limpante, podendo recuperar-se dos pequenos despejos domésticos diretos. "Mas ser for muito volumoso o esgoto não pode ser lançado diretamente no rio, porque a vazão pode não ser suficiente para diluí-lo", diz.

Quanto às indústrias, seus efluentes são diferentes dos domésticos por estarem cheios de material inorgânico. As indústrias mais poluentes são as de papel e celulose, química e petroquímica, de refinação de petróleo, metalurgia, de alimentação e têxtil, nesta ordem. O que elas jogam na água, inviabilizando seu consumo, é digno de processo: metais pesados, ácidos e sólidos

em suspensão e hidrocarbonos provenientes de pontos de extração, vazamentos de oleodutos e transporte por navios.

Futuro Por todos esses fatores, para muitos a escassez de H₂O pode se tornar alarmante ainda antes de 2025, ano crítico para a ONU. O embaixador inglês na ONU, Crispin Tickell, alerta que "a crise no abastecimento de água desencadeará mais guerras do que o petróleo". Tickell foi um dos organizadores da reunião de cúpula Eco-92, no Rio de Janeiro, que debateu políticas mundiais para o meio ambiente.

Em recente entrevista, o embaixador informou que "a demanda mundial por água dobra a cada 21 anos, mas o volume disponível é o mesmo desde o Império Romano". Não há água que resista a um consumo que, segundo outra estimativa, foi multiplicado por três nos últimos 40 anos. Ou aumentado 10 vezes desde 1900, enquanto a população mundial foi multiplicada por quatro.

Quando se pensa que o planeta

tem 70% de água, é impossível escapar da ilusão de que o produto é inesgotável. Mas não é bem assim. A ONG norte-americana The National Coalition Against Pesticide Use realizou estudo detectando que 97% da água da Terra ficam em oceanos, portanto não são potáveis. Outros 2% são geleiras eternas.

Ou seja, apenas 1% da água do mundo, ou 12.600 quilômetros cúbicos, está acessível ao homem.

Porém, o gasto representa apenas 10% dos recursos disponíveis. Se a escassez não é problema, a poluição e o abastecimento das grandes cidades é.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) impõe restrições para considerar a água potável. No Brasil, que segue a OMS, os critérios para uma água ser potável são os seguintes: deve ser incolor, inodora, insípida, ter entre 70 miligramas e 500 de sais minerais por litro; ter pouquíssimo nitrato e nenhum amônio; ter não mais que 12 bacilos coliformes por litro. Há cerca de 50 componentes químicos que podem ser usados no tratamento da água.

Além de não ser ilimitada, a água tem distribuição desproporcional. O Brasil tem 8% do volume mundial de água potável. O Canadá tem reservas 26 vezes maiores que o México, por exemplo, em relação à população.

A disparidade se agrava ainda mais com

A demanda mundial por água potável dobra a cada 21 anos

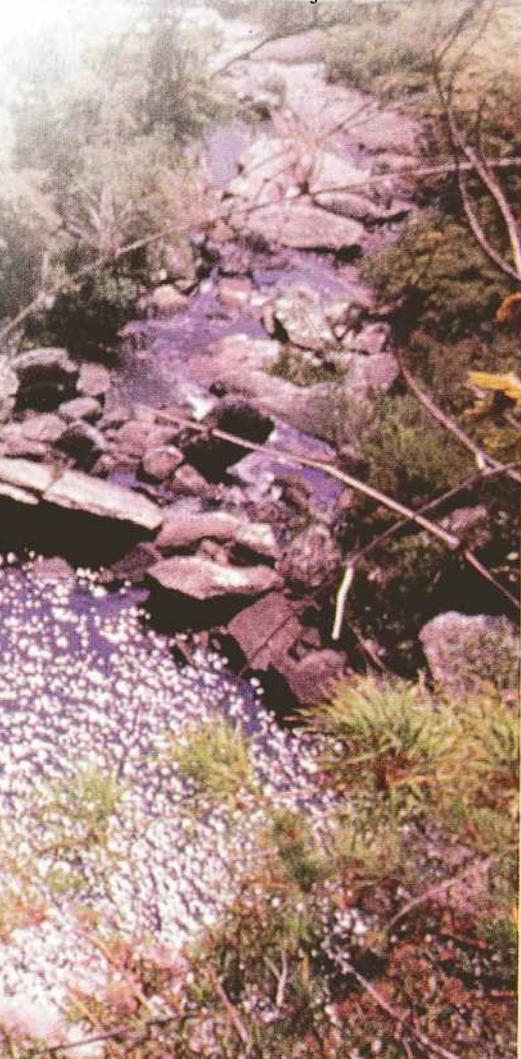


o aumento do consumo. Uma família dos Estados Unidos gasta pouco mais de 2.000 litros diários de água, em média. Nos países subdesenvolvidos, além de ter que viajar vários quilômetros para obter água, as famílias têm em média apenas 150 litros diários à disposição.

Outro fator que pode acirrar a "guerra da água" no futuro é a utilização crescente de águas subterrâneas. O jornalista norte-americano Michael Serril alerta que "a exploração das águas subterrâneas deve prevenir o desenvolvimento de atividades que assegurem a recarga dos aquíferos".

Essa falta de provisão pode agravar ainda mais os efeitos de secas. Os Estados Unidos, em 1930, foram grande exemplo disso. A seca que atingiu o já árido sudoeste do país naquele ano obrigou as famílias de agricultores a deixar suas propriedades. Trinta anos depois, novamente os Estados Unidos, além do Nordeste do Brasil, China, Nicarágua e Portugal, sofreram mais com a seca porque sua população não se preparou para um período de chuva menos abundante que o normal.

Com todos esses fatores cada vez mais



Contaminação gera prejuízos à saúde

Sete em cada 10 pacientes de hospitais sofrem de doenças relacionadas à poluição na água

A contaminação da água gera graves problemas à qualidade de vida e saúde das populações. Diarréia, cólera, febres tifóide e paratífóide, hepatite, disenteria bacilar, gastroenterites, parasitoses e teníase são apenas algumas das doenças que se propagam pela falta de água e pela sua contaminação, bem como por esgotos não-tratados.

Câncer e moléstias do coração também podem ser causados por substâncias em suspensão na água. Da mesma forma, esses compostos podem atacar o sistema endócrino das pessoas, inibindo a ação dos hormônios.

Relatório recente da ONU revelava que 25 mil pessoas morrem diariamente por problemas na água. As Nações Unidas também declararam que, em todas as épocas do mundo, metade da população tem sofrido, direta ou indiretamente, de doenças relacionadas ao produto. Hoje, estima-se que nos hospitais a cada 10 pacientes sete sejam vítimas de doenças transmitidas através da água.

A ONG inglesa Rede de Mulheres pelo Meio Ambiente afirma que até 8% dos bebês nascidos na Grã-Bretanha tenham sofrido danos no sistema nervoso e perda da memória pela exposição a substâncias como dioxinas e clorinas, produtos resultantes da incineração do lixo e poluentes do ar e da água.

As doenças em geral são provocadas pelo uso inadequado da água, que também pode causar o esgotamento dos recursos hídricos a médio prazo. Sem o aprimoramento da uti-



lização desses recursos, cresce o risco da diminuição da água subterrânea e diminui a proteção sobre as fontes. É por isso que o nível da água está caindo em todo o mundo, levando junto os aquíferos subterrâneos e provocando seca nos lagos e mangues.

As fontes subterrâneas estão especialmente ameaçadas. Cerca de metade da população do mundo, tanto urbana quanto rural, capta água para consumo e irrigação desses locais. Se o despejo direto de esgoto é a principal causa de contaminação de águas superficiais, as águas sob a terra sofrem com a manutenção deficiente e redes de esgoto e fossas individuais, infiltração de material industrial tóxico e má conservação de depósitos de lixo.

cresce a consciência de que as fontes de água estão chegando ao limite. Não à toa, a água foi uma das questões prioritárias da assembleia geral da ONU de 1996.

Usos Na ponta inicial do uso da água, as indústrias são responsáveis por 23% da utilização no mundo. O primeiro lugar vai para a agricultura, com 69%. O uso doméstico é responsável por apenas 8%. "Na indústria ocorre um desperdício brutal, assim como em estabelecimentos comerciais, resultado da pouca valorização da água tratada", diz Tea Magalhães.

Mas a atividade agrícola não fica muito atrás. Não somente muitos métodos de irrigação usam água de forma desordenada. As fontes são contaminadas por fertilizantes ou pesticidas e também sofrem infiltração e drenagem não-controladas.

Um dos grandes vilões da escassez, a agricultura também terá um dos piores sofrimentos com a falta de água, porque precisa muito dela. Somente 17% da área rural são irrigados, mas produzem mais de 40% da colheita mundial.

O próprio homem é uma demonstração de quanto a água é importante. Segundo o professor Arthur Blásio Rambo, "aproximadamente 60% do peso de um adulto normal é água". O professor argentino Bernardo Houssay, prêmio Nobel de química, chegou a dizer que "o organismo é formado de água na qual se acham dispersas micelas, moléculas e ions". Mas em nenhuma parte do organismo ela está em estado puro.

O mesmo acontece na natureza. Como diz o também professor Samuel Murgel Branco, antigo pesquisador da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, a existência da água pura é hipotética. "Mas a pureza química é não só dispensável como até indesejável. Muitos dos compostos minerais ou elementos químicos que se encontram dissolvidos nas águas constituem fatores de grande importância fisiológica", fala ele.



Contaminação das fontes é uma das principais causas da escassez próxima do produto

Soluções

É da África que vêm alguns exemplos de que a cooperação pode sair vitoriosa na guerra da água. O continente tem 19 dos 25 países considerados pela ONU com o menor acesso à água potável e mesmo assim a sobrevivência passa a ser balizador das ações nesses países.

O Egito constrói o canal El-Salam, com 242 quilômetros de extensão. O canal, que já está em obras, vai criar 2.500 quilômetros quadrados de novas áreas rurais em pleno deserto do Sinai, nos dois lados do canal de ar Suez. O projeto, estimado em US\$ 2 bilhões com apoio do Banco Mundial, deve ficar pronto ainda este ano.

Outro projeto, que já está sendo chamado de megalômano por críticos do governo, prevê o bombeamento de água da bacia de Toshka, que abastece o lago Nasser. Serão desviados 25 milhões de metros cúbicos de água por dia para irrigar 5.000 quilômetros quadrados de áreas rurais.

Projetos como os egípcios são ques-

tionáveis, pelo alto custo e grande impacto ambiental. Mas pequenas soluções são aplaudidas.

Na Somália, o dinheiro arrecadado pelas comunidades com a venda de água - cinco centavos o balde de 20 litros, em média - é reaplicado para aprimorar a captação. Na Cidade do México, banheiros públicos foram recondicionados com descargas que consomem apenas seis litros por uso e garantem a extensão do abastecimento a outros lugares. Em Melbourne, Austrália, houve 30% de economia na década de 80, devido a campanhas televisivas.

Na indústria, então, os ganhos podem ser ainda maiores. Campanhas junto às metalúrgicas norte-americanas reduziram o consumo de água, de 280 para 14 toneladas a cada uma de aço produzida, com reciclagem de boa parte da água já utilizada. A irrigação por gota utilizada na agricultura pode breçar o consumo em até 25%, economizando preciosos litros.

Para especialistas como Gordon Conway, consultor do Banco Mundial e da Fundação Ford, são viáveis iniciativas como a conservação crescente aliada à conscientização. Por incrível que pareça, até a cobrança de água pode mostrar à população que ela é um bem valioso. 

Lavar o carro
por 10 minutos
depende 500 litros
de água corrente

Conflitos são agravados pela escassez de água

Projetos não evitam que produto seja motivo de disputa entre árabes e israelenses

Escassa e valiosa, a água sempre foi motivo de conflito. O secretário do Programa Hidrológico Internacional (PHI) da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) na América Latina e Caribe, Andras Szöllösi-Nagy, conta que "o primeiro caso publicado de conflitos relativos à água ocorreu em Canaã, entre Abraão e Abimelec, rei dos filisteus".

Para resolver essas pendências, Szöllösi-Nagy sugere a negociação. "O emprego da força bruta está longe de ser a melhor solução para quem quiser compartilhar recursos hídricos", fala. As brigas pela água foram tema da conferência internacional sobre negociações em conflitos sobre água, realizada em Haifa, Israel, em 1997.

Recentemente, o produto foi usado como arma na guerra da Bósnia. Michael Serril, da revista norte-americana Time, diz que "os

sérvios que sitiavam Sarajevo feriram seus inimigos no suprimento de água". Primeiro, a eletricidade foi cortada, com o que as bombas de água pararam de funcionar. Então, os sitiados tiveram que expor-se às balas sérvias para encontrar água, morrendo em grande quantidade. A situação durou de 92 a 95.

Na guerra que devastou a Somália, país do leste africano, no início da década, aconteceu algo semelhante. Poços eram enchidos com pedras, tubulações eram roubadas. Como resultado, milhares de somalianos tinham que usar água contaminada e morreram de cólera.

Caldeirão O barril de pólvora que é o Oriente Médio tem na água um componente a mais de tensão. Os palestinos de Gaza têm direito a somente 70 litros de água por dia, e mesmo assim a Autoridade Palestina reclama que Israel não tem cumprido acordo firmado em Oslo,

Noruega.

Os israelenses também são acusados de, na guerra dos Seis Dias, em 67, terem desviado aquíferos subterrâneos na margem oeste do rio Jordão. E exatamente por água o rei Hussein, da Jordânia, teme um conflito de seu país com os israelenses.

Especialistas em água estimam que o consumo terá que ser diminuído em breve na região. Para isso, vários projetos têm sido estudados. Hoje, árabes e judeus usam a dessalinização da água, que por ser cara é apenas temporária. Cada metro cúbico de água sem sal custa até US\$ 2, mesmo com a tecnologia mais avançada.

Sem água, Israel não consegue a auto-suficiência na produção de alimentos. "É mais fácil e barato trazer para o país um contêiner de frutas e verduras que um contêiner de água", diz Gershon Baskin, diretor do Centro Israelita-Palestino para Pesquisa e Informação, em Jerusalém. 

Aposentados dão prova de vitalidade

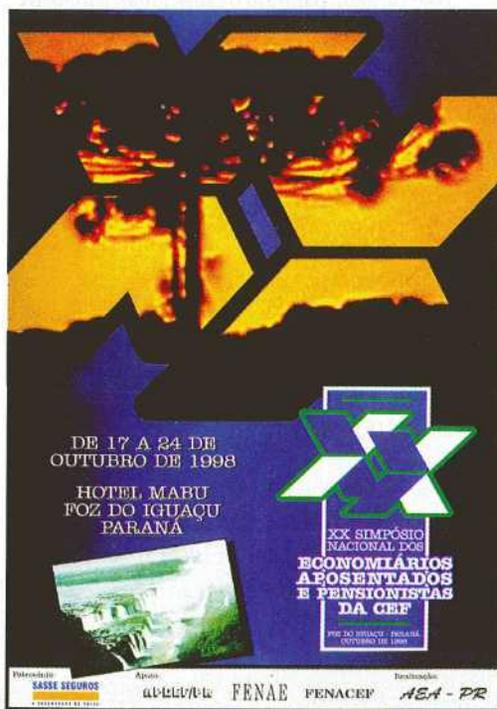
Simpósio em Foz do Iguaçu reafirma compromisso de defesa da Caixa Econômica

O movimento dos aposentados e pensionistas da Caixa Econômica Federal demonstra uma vez mais a sua vitalidade ao realizar o XX Simpósio Nacional da categoria. O evento aconteceu de 17 a 24 de outubro, em Foz do Iguaçu (PR), com 434 participantes, originários dos mais diversos pontos do país.

Realizado pela Associação dos Aposentados do Paraná (AEA/PR), com coordenação da Federação Nacional dos Aposentados da Caixa (Fenacef), o simpósio contou ainda com o apoio da Federação Nacional das Associações de Pessoal (FENAE), da FENAE Corretora e da SASSE.

As dificuldades criadas pelo governo para os aposentados em geral e o descaso ainda maior da direção da Caixa para com os aposentados e pensionistas da empresa foram temas de destaque nos debates. Mereceram também uma abordagem mais aprofundada os problemas relativos ao fundo de pensão dos empregados, a FUNCEF, com atenção especial para a mudança que se pretende fazer no regulamento do plano de benefícios, o Replan, e a incorporação pela FUNCEF do fundo de pensão do pessoal do extinto BNH, a PRE-VHAB, além da situação do pessoal do PMPP (Plano de Melhoria dos Proventos e Pensões).

A implantação pela FUNCEF de um



novo regulamento para o plano de benefícios, cuja sigla passa a ser REB, foi considerada temerária por visar a alteração do benefício definido para contribuição definida, uma exigência governamental sintonizada com o projeto de privatização da Caixa.

O XX Simpósio Nacional reforçou a união dos aposentados e pensionistas em defesa da CEF, da FUNCEF e também da SASSE. "Renovamos nosso compromisso de lutar pela preservação destas instituições", diz o presidente da Fenacef, Décio de Carvalho.

Durante sua participação nos debates, o presidente da FENAE, Carlos Caser, criticou a política de arrocho e de supressão de direitos e conquistas que vem sendo praticada pela atual direção da Caixa. A seu ver, a gestão de Sérgio Cutolo vem moldando a CEF e a FUNCEF aos interesses do governo, com sérios prejuízos tanto para os trabalhadores em atividade como para os aposentados. Os exemplos mais práticos disso seriam a recusa em reajustar os salários, a quebra da paridade entre o pessoal da ativa e os aposentados e a proposta de alteração do regulamento do plano de benefícios da FUNCEF, que abre caminho para a privatização da Caixa.

Caser denunciou ainda aos aposentados e pensionistas a postura de intransigência que a direção da Caixa volta a repetir nas negociações da campanha salarial deste ano.

Seguro Em parceria, a FENAE e a Fenacef apresentaram no simpósio de Foz do Iguaçu o Federal Clube, um produto da FENAE Seguros, que dá aos aposentados a oportunidade de atuarem como agentes de vendas. Trata-se de um clube aberto de seguro de vida, que facilita as opções de adesão por ter cobertura modulada. O Federal Clube será lançado oficialmente em dezembro. 

Central de Atendimento:
08 00-7 6 6 3 8 3



Seguro agora tem sobrenome e marca nova:

Aos 28 anos, a SASSE SEGUROS é uma das maiores seguradoras do país, com mais de 3 milhões de clientes. Você encontra os produtos da Sasse em todo Brasil. Além disso, ela possui uma vantagem que nenhuma outra possui: a garantia da CAIXA. Agora esse nome mudou para melhor: SASSE CAIXA SEGUROS. Esta nova marca une profissionalismo e solidez. A partir de agora, quando você quiser fazer o melhor seguro, é só procurar por esta marca. Ela está presente em todas as agências da CAIXA.

SASSE CAIXA
SEGUROS

O Congresso Nacional que emergiu das urnas do último dia quatro de outubro reflete, de certa forma, o clima de insatisfação que pipoca nas ruas. A partir do próximo ano, a Câmara dos Deputados terá a seguinte composição: PFL - 106 deputados; PSDB - 99; PMDB - 82; PPB - 60; PT - 58; PTB - 31; PDT - 25; PSB - 19; PL - 12; PCdoB - 7; PPS - 3; PSD - 3; PMN - 2; PSC - 2; PST, Prona, PSL e PV 1 deputado cada. O Senado ficou composto da seguinte maneira, com pequena baixa para a bancada governista: PMDB - 26; PFL - 20; PSDB - 16; PT - 7; PPB - 5; PSB - 3 - PDT - 2; PTBePPS - 1.

Dueto para um tempero amargo

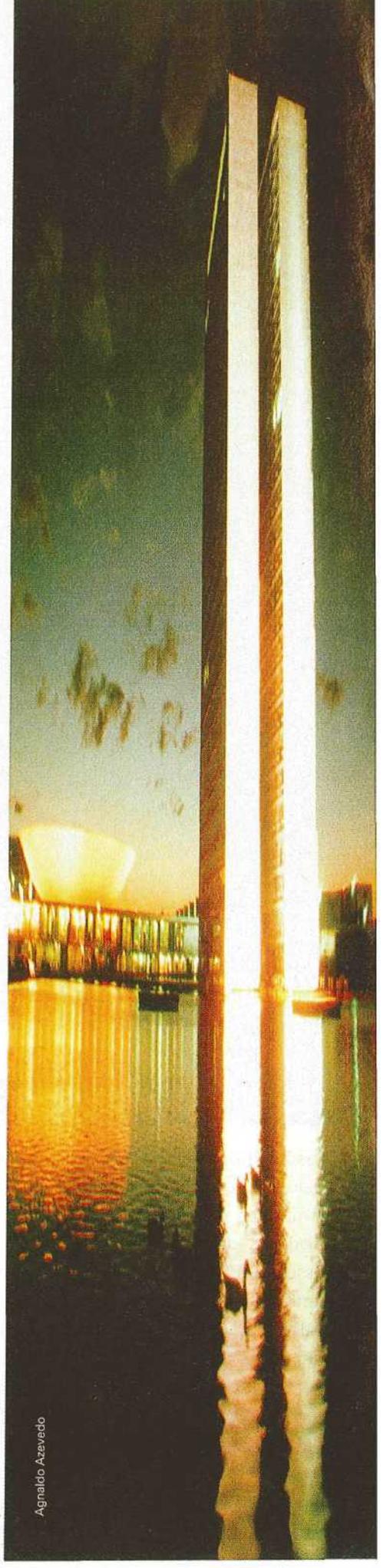
Aumento do Imposto de Renda, reforma da Previdência, demissão de servidores públicos, corte de direitos trabalhistas, engessamento de empresas estatais etc. O governo federal faz de tudo para levar adiante medidas amargas como essas. Usa e abusa de apelo patriótico e até da "legitimação" desse pacote pelo Congresso, pouco importando se boa parte dos parlamentares já arrumou as gavetas para voltar para casa.

História do Congresso

San Tiago Dantas, além de deputado federal pelo antigo PTB, foi ministro das Relações Exteriores e ministro da Fazenda no governo de João Goulart. No curto período parlamentarista por que passou o Brasil, na década de 60, San Tiago foi indicado por Jango para ser primeiro-ministro, após a queda de Tancredo Neves. Seu nome foi rejeitado por apenas um voto, embora fosse um advogado respeitado e com trânsito em todas as forças políticas da época. Alguns dizem que o próprio Jango, ao final, torceu pela derrota de San Tiago Dantas, pois sua vitória significaria a perpetuação do parlamentarismo no Brasil. Poucos meses depois desse episódio, o presidencialismo estava de volta.

Para as calendas

Diante de qualquer impasse, o constituinte brasileiro tem o péssimo hábito de remeter matéria polêmica para a legislação infra-constitucional. O famoso "na forma da lei" é também usado para neutralizar o próprio dispositivo constitucional. Às vezes, um mesmo artigo pede lei ordinária e lei complementar. O art. 7º da Constituição Federal, por exemplo, que trata dos direitos sociais do trabalhador, possui oito remissões a lei ordinária e uma a lei complementar.



Agnaldo Azevedo

A crise mundial vem (mesmo) aí?

■ Aloysio Biondi

Clinton apavora o mundo, com declarações bombásticas: estamos em meio à maior crise de todos os tempos, provocada pela quebra dos países asiáticos, que se estendeu à Rússia e, agora, ao Brasil. Bancos dos EUA sofrem enormes prejuízos, fundos de investimentos quebram nos EUA. E as profecias do presidente são repetidas pelo diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, pelo presidente do Banco Central dos EUA, Allan Greenspan, e por economistas e banqueiros de todos os quadrantes. Vem aí, mesmo, uma depressão mundial terrível como dos anos 30, ou até pior? Calma. Duvide. O mundo está em meio a uma guerra de interesses, decisiva para os banqueiros - e para os EUA. Nos últimos anos, a humanidade tinha sido convencida de que o mundo financeiro era povoado não por homens comuns, mas por gênios e deuses capazes de dar uma prosperidade sem limites ao mundo. Dizia-se: era preciso deixar que eles e seus dólares circulassem livremente, entrassem e saíssem de todo e qualquer país, para realizar o milagre da multiplicação do crescimento econômico. FMI e Banco Mundial se incumbiram de impor essa onda, chamada de neoliberal, a países de todo o mundo, aos quais era determinada, inclusive, a privatização dos bancos estatais. Agora o pesadelo acabou. O modelo quebrou os "tigres asiáticos" (sem ele, já estão em fase de recuperação), quebrou o Brasil - e chega aos EUA. O mundo está descobrindo as proporções gigantescas que a especulação financeira chegou, com a tal da liberdade total para especular: o fundo de investimento que quebrou nos EUA, o LTCM, com capital de apenas US\$ 2,2 bi-

lhões, conseguiu comprar US\$ 120 bilhões em ações e títulos diversos - e utilizá-los como garantia em contratos de operações no valor de fantásticos US\$ 1,2 trilhão.

Como? Tudo com empréstimos ou simples avais de bancos famosos. É esse "mundo de fantasia" que está desabando. Não a economia mundial.

Azar dos EUA

O que Clinton, Camdessus, Greenspan querem evitar? Que a opinião pública mundial tome consciência de que o mundo vive sob uma ditadura financeira. E que organismos que se pretendiam respeitáveis, como o FMI e o Banco Mundial, além de governantes dos mais diversos países, nada mais fizeram esse tempo do que o jogo dos interesses desse sistema financeiro - às custas de quebra de um sem-números de países, e desemprego e miséria para milhões de pessoas. Desmascarada a política fraudulenta, o congresso nacional dos mais diversos países (exceto, talvez, a imitação de congresso daquele país cujo nome você conhece) levará os respectivos governos a tomarem posição contra os desmandos do mercado financeiro. É essa a guerra que se trava no momento, com uma tentativa desesperada, dos porta-vozes do mercado financeiro, de evitar mudanças.

O desabamento do modelo neoliberal não colocou em xeque apenas a liberdade aos capitais especulativos. Questiona-se o direito negado de os países estabelecerem controles sobre as importações - quando houver necessidade de evitar a perda de dólares. E é este o grande temor de Clinton. Os EUA têm enormes rombos em sua balança comercial: nada menos de US\$ 2 bilhões por mês, re-

sultantes de importações superiores às exportações. Se países como o Brasil voltarem a defender seus mercados, dificultando a entrada de produtos dos EUA, esse rombo crescerá. Ao vender menos, os EUA serão atingidos pela redução no número de empregos, menor atividade econômica, arrecadação de impostos em queda. Na verdade, a economia norte-americana já começa a enfrentar essa realidade diante do aumento das exportações dos países asiáticos para seu mercado - e simultânea queda na venda de produtos dos EUA à Ásia. São essas perspectivas sombrias que levaram Clinton a correr tanto para montar uma operação de socorro ao Brasil. Redução de empregos, pausa na prosperidade, queda na arrecadação de impostos são fenômenos capazes de abalar o prestígio político de Clinton. Mudanças no cenário econômico não seria o mal maior para os EUA. Os EUA sempre tiveram saldos negativos, rombos na balança comercial - e conseguiram não quebrar, não precisar apertar cintos como qualquer outro país, pelo fato puro e simples de que podem emitir dólares. De Gaulle, o estadista francês, tentou combater esse privilégio dos EUA, há 30 anos. Nada conseguiu. Hoje, a Europa caminha para a unificação. E, com a vitória de Schroeder na Alemanha, todos os principais países europeus estão governados por partidos de esquerda. Mais do que uma crise mundial, o que está a caminho é um abalo na hegemonia mundial dos EUA. Fim de um ciclo.

Aloysio Biondi,

jornalista 

LER vira DORT. Mas o pro

Norma técnica editada pelo Ministério da Previdência mantém insuficiências da legisla

As Lesões por Esforços Repetitivos (LER) foram rebatizadas com o nome de Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT). O texto da norma técnica que trata do assunto foi publicado pela diretoria de Seguro Social, do Ministério da Previdência, no dia 28 de agosto último.

A alteração do nome veio acompanhada de mudanças também nas questões relacionadas a ergonomia e perícias. Na avaliação d e

vas, com prejuízos aos trabalhadores, a começar pela emissão da comunicação de acidente de trabalho (CAT), que passa a ser emitida apenas com diagnóstico firmado de doença ocupacional. Pela norma técnica da LER de 1993, a CAT poderia ser emitida mesmo na suspeita (no estágio inicial) para evitar a doença.

Nova exigência recai também sobre o laudo de exame médico (LEM), que deverá vir acompanhado de laudo descritivo da atividade e do posto de trabalho, fornecido pelo médico do trabalho da empresa. A CAT só será emitida com todos os seus campos preenchidos. Do ponto de vista das entidades dos trabalhadores, esta é uma determinação flagrantemente ilegal.

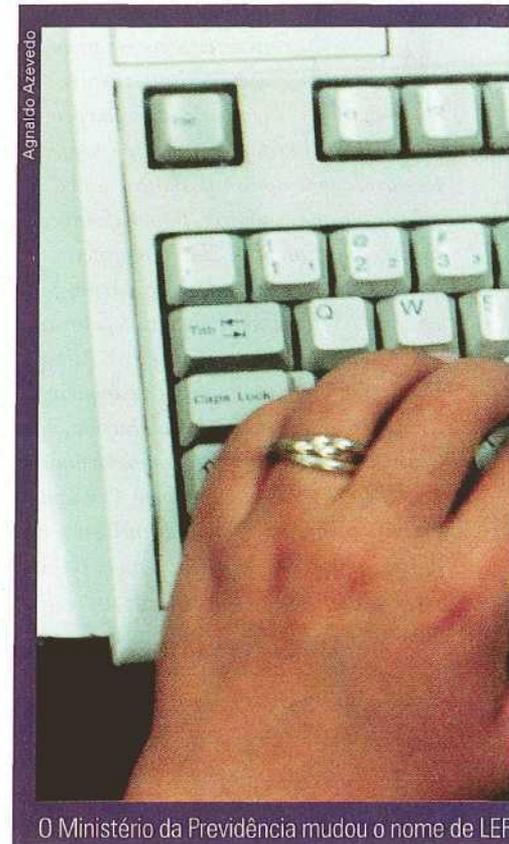
E tem mais: nos afastamentos inferiores a 15 dias, o trabalhador não será submetido a perícia médica e a CAT será registrada sem anotação na carteira de trabalho.

Em caso de recomendação de afastamento pelo médico, não haverá vinculação com o resultado da perícia. O acidentado poderá ter "alta" já na primeira perícia. Antes, nas indicações de afastamentos superiores a 15 dias, o benefício auxílio-doença acidentário era concedido de imediato pela perícia médica.

Nos casos duvidosos de causalidade entre a doença e o trabalho, mas com incapacidade, será concedido apenas o auxílio-doença previdenciário (doença comum), sendo que até então o

Emília Câmara Sant'anna, da secretaria de Saúde da Confederação Nacional dos Bancários (CNB-CUT), em se tratando de prevenção e acompanhamento das doenças ocupacionais, as insuficiências da legislação permanecem. A norma técnica recém-editada passa ao largo daquilo que seria substancial.

Já em relação aos procedimentos periciais e de concessão de benefícios acidentários, as "novidades" foram significati-



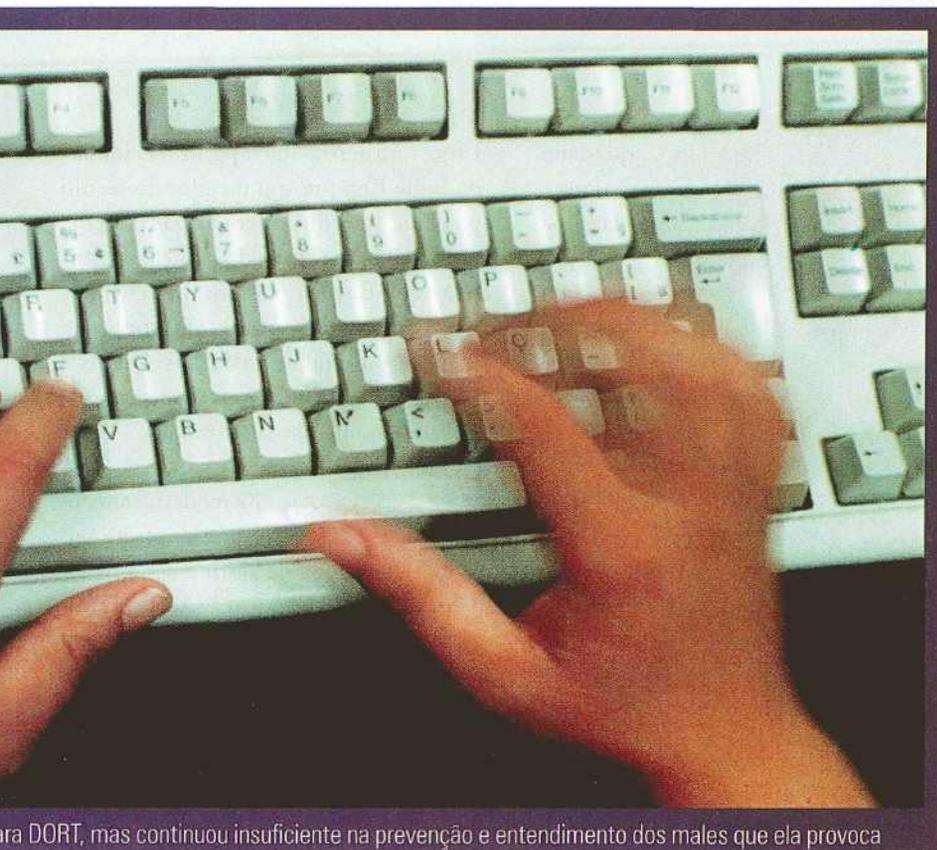
O Ministério da Previdência mudou o nome de LER

trabalhador tinha garantido o auxílio-doença acidentário pelo prazo de 45 dias, para conclusão definitiva da perícia.

Causalidade A relação de causa e efeito entre doença e trabalho foi descartada. Foi criado um novo critério para aferição da incapacidade para o trabalho: o nexo técnico, conceituado como a relação entre o diagnóstico e o trabalho. O nexo causal seria a relação entre "clínica e etiologia", conceito um tanto obscuro. Assim, o traba-

Prevenção apontada por bancários vira referência

ção e traz novos prejuízos aos trabalhadores



para DORT, mas continuou insuficiente na prevenção e entendimento dos males que ela provoca

lhador só terá direito ao benefício acidentário se conseguir comprovar a existência de relação entre a doença que o acomete e a atividade desenvolvida por ele no trabalho.

A secretária de Saúde da CNB-CUT lembra que a edição da norma técnica deu-se sem a anuência do movimento dos trabalhadores. A CUT e sindicatos chegaram a participar inicialmente das discussões, isso há dois anos, mas com os atropelos e falta de disposição para um diálogo efetivo dentro do Ministério da Previdência, as entidades se distanciaram e passaram a travar debate com o

governo apenas no âmbito do Ministério do Trabalho.

No entanto, a área de Seguro Social do Ministério da Previdência afirma ter contado com a participação de representantes dos trabalhadores no processo que levou às mudanças. A CUT, que já havia formalizado crítica às alterações que vinham sendo preparadas para a norma técnica da LER, elaborou agora novo documento no qual condena os prejuízos impostos aos trabalhadores e cobra do governo uma atitude conseqüente frente à franca evolução das doenças do trabalho no país. 

O programa de prevenção das Lesões por Esforços Repetitivos (LER), elaborado por representantes dos bancários e dos bancos, tornou-se uma referência para o esforço de prevenir as doenças ocupacionais. "É o que há de mais avançado nessa área", diz Emília Sant'anna, que é também representante da CUT em grupos de trabalho que tratam do tema.

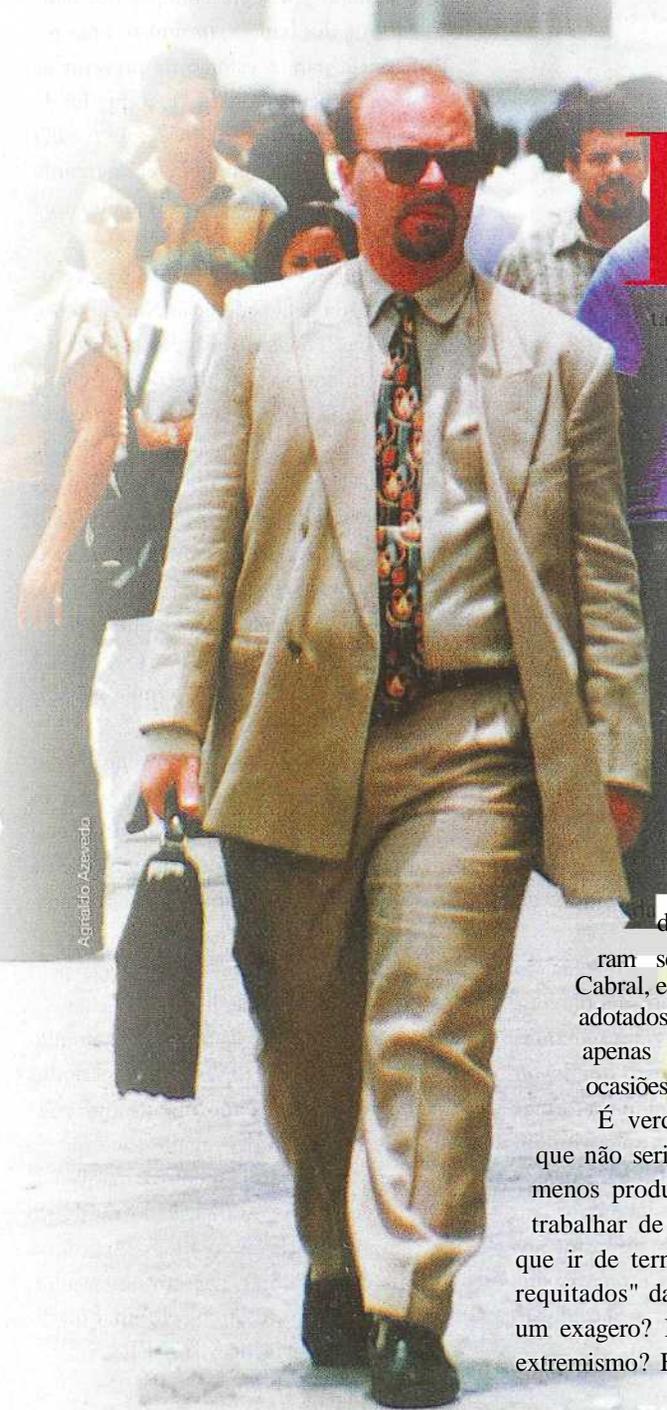
Embora sua aplicação seja recomendada pela Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) a todas as instituições financeiras, as direções da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil recusam-se a adotá-lo. A política de saúde desses bancos oficiais, particularmente no que se refere às LER, fica nos limites da legislação, com todas as suas incoerências e imperfeições. A edição da nova norma técnica pelo pessoal do Ministério da Previdência evidencia a falta de interesse do governo em avançar nesse campo.

O programa de prevenção das lesões por esforços repetitivos entre os bancários prevê diagnóstico "essencialmente clínico" da doença, com base na história clínico-ocupacional, em exame físico detalhado e na análise das condições de trabalho responsáveis pelo aparecimento da lesão.

Organização do trabalho; conteúdo das tarefas; rodízios e pausas; períodos de adaptação; planejamento das estações ou postos de trabalho; seleção de tecnologias, equipamentos e máquinas; treinamento e avaliação da saúde do empregado são apontados pelo programa como fatores a serem observados, em conjunto, visando "eliminar ou diminuir" a incidência das LER.

Pelo espelho d

A polêmica sobre a inadequação do guarda-roupa do brasileiro vem desde o século



Rio quarenta graus. Sampa é a terra da garoa no verso do poeta, mas tem também sol escaldante na Avenida Paulista. O Nordeste é uma aflição, o sangue ferve nas veias. Manaus refugia-se nas sombras da Floresta Amazônica e, no Planalto Central, Brasília consome dinheiro do contribuinte em ar refrigerado para gabinetes e repartições públicas. Então, por que diabos os habitantes desse Brasil tropical incorporaram ao seu dia-a-dia o guarda-roupa daqueles que para aqui vieram seguindo as caravelas de Cabral, enquanto os trajes que eram adotados pelo povo de Peri ficaram apenas para certos momentos e ocasiões, digamos, especiais?

É verdade que pode-se alegar que não seria de bom tom - e muito menos produtor - as pessoas irem trabalhar de tanga, mas daí a terem que ir de terno e gravata, ou "empequitados" da cabeça aos pés, já não é um exagero? Não é incorrer em igual extremismo? Essa é uma polêmica que

surge - ou acirra-se - a partir da chamada Belle Époque, em meados do século passado, que ditava como padrão chique no Brasil o que vinha da França e outros países da Europa. Para os homens, ternos pesados e sóbrios, com chapéu e atenção especial às costeletas, barbas e bigodes. Para as mulheres, corpete, espartilho, rendas, sedas e babados.

Inadequação O modernismo dos anos 20 insere novidades no modo de vestir e agita os salões, mas sem desancar as fortes influências européias. A onda desenvolvimentista que tomou conta das décadas de 50 e 60 reforçou as referências no estrangeiro. A inadequação do vestuário brasileiro passou então a ser ressaltada por um número cada vez maior de inconformados, como no caso do modernista Flávio de Carvalho que, em 1956, percorreu o centro da cidade de São Paulo de saia curta pregueada, em sinal de protesto.

Mas quando se pensava ter havido uma revolução de costumes nos chamados anos rebeldes, vem o Tio Sam e manda botar uísque na feijoada. Very good, very good, vibra a geração coca-cola. Se é verdade que bumbuns rechonchudos e corpos malhados passaram a ser cada vez mais expostos a partir dos anos 80, proliferaram-se os yuppies, os mauricinhos e patricinhas, as executivas e secretárias de tailleur ou de blazer, os

OS OUTROS

passado, quando o chic vinha da Europa

burocratas, os magnatas e auxiliares no terno e gravata.

Efeito estufa! Fenômeno El Nino! Diferenças climáticas e culturais! Que nada, pesa mais a onda globalizante, que suplanta características e particularidades.

Até profissionais do esporte bretão, como o técnico da seleção brasileira e do Corinthians,

Van der Ley
Luxemburgo, começam a adotar o ter-

no e gravata durante os jogos, com a aprovação de especialistas em moda, como é o caso da autora do livro "Chie- um guia básico de moda masculina", Glorinha Kalil. Ela entende que estando adequadamente vestido, os treinadores exibem mais facilmente sua autoridade. Só que Luxemburgo vai além da preocupação com sua própria imagem. Ele vem tentando disseminar o uso do terno e gravata também entre os atletas.

Dicas Para quem está sempre preocupado em manter a linha ou não pode fugir dos rigores da moda, mesmo naqueles dias mais quentes, os estilistas dão alguns toques que podem ajudar a aliviar um pouco o calor. A escolha de tecidos de fibras naturais, como algodão e linho, para que seja facilitada a troca de calor do corpo com o ambiente é um das recomendações de Renato Loureiro, de Belo Horizonte. Ele lembra ainda que os tons pastéis absorvem melhor o calor, o que significa que as cores escuras, como o preto, cinza ou vermelho devem ser evitadas. O uso de camisas sociais de manga curta é outra indicação - elas podem ser usadas com gravatas e até mesmo paletó. Loureiro considera dispensável, por exemplo, a meia-calça para as mulheres executivas. O uso de sandálias fica liberado. 

Povos árabes levam em conta clima, cultura e religiosidade

Na península Arábica, berço de algumas das mais antigas civilizações humanas, a forte resistência cultural e religiosa dos povos da região tem servido como o antídoto mais eficaz à contaminação pelos hábitos e costumes externos, inclusive no tocante às vestimentas. Mas há também o fator climático a justificar a sobrevivência de uma tradição um tanto exótica aos olhos do mundo ocidental, como a de cobrir praticamente todo o corpo com lenços, mantos, turbantes e outras variações de trajés.

Na Arábia Saudita, por exemplo, o traje tradicional do homem é o thobe, uma espécie de manto branco, longo e largo, frequentemente coberto com o mishlah, uma capa de lã fina. Para cobrir a cabeça, utiliza-se o ghutra, um turbante atado com duas voltas de um cordão negro chamado igal. Sandálias completam o conjunto. Para os sauditas, este é um traje confortável para enfrentar o sol e o calor.

O adido cultural do Irã no Brasil, Hamid Reza, vê também coerência entre vestimentas e realidade climática na República Islâmica do Irã, mas ressalta que o determinante no modo de vestir de seu povo é mesmo a religião. Por orientação do islamismo, as mulheres quando saem de casa têm o corpo completamente coberto. Usam lenço na cabeça e manto sobre as calças, em temperaturas de até 40° C.

Hamid Reza lembra que, após a revolução de 1979, foi abolido o uso de terno e gravata, um hábito que até então vinha ganhando um número crescente de adeptos entre os homens iranianos. 'A revolução baseou-se na independência não só de assuntos políticos e econômicos, como também culturais para a República Islâmica do Irã', frisou o diplomata.

O canto de violão sob o sereno, o olhar distante e apaixonado da mocinha debruçada na janela e o lirismo das canções de amor em noites de luar não fazem parte de um passado remoto, como talvez muita gente imagina, mas está presente no dia-a-dia daqueles que curtem a autêntica música brasileira. É a tradição da seresta, gênero musical popularizado pelos cantores de rua medievais, que renasce em megalópoles como São Paulo e em vilarejo como Conservatória, no estado do Rio de Janeiro.

O retrato acabado do atual renascimento da seresta no Brasil responde pelo nome de Trovadores Urbanos, um grupo que transforma as ruas de São Paulo e do Rio de Janeiro em palcos para serenatas. São mais de 300 por mês só em território paulista, numa prova de que a seresta não morreu e serve de ponte para o encontro do passado com o verdadeiro futuro da MPB.

Seresta: obra
da autêntica
música
brasileira



A empresária, jornalista e cantora dos Trovadores Urbanos, Maída Novaes, informa que o grupo foi criado em 1990 e faz um trabalho de resgate, com shows por todo o país, de grandes autores como Pixinguinha, Noel Rosa, Álvares de Azevedo, Cândido das Neves, Lamartine Babo, Ary Barroso e Assis Valente. "Há oito anos, com figurinos e cantorias inspiradas nas décadas de 30 e 40, os Trovadores Urbanos fazem apresentações personalizadas e transformam ruas, janelas e palcos em momentos de pura emoção", diz Novaes. Com ela concorda o historiador e produtor musical Zuzana Homem de Mello, para quem "os Trovadores Urbanos foram os pioneiros e são mensageiros da mais pura e tradicional MPB". O grupo já gravou três CDs e fez turnês internacionais na França e Espanha (1993) e em Portugal (1994).

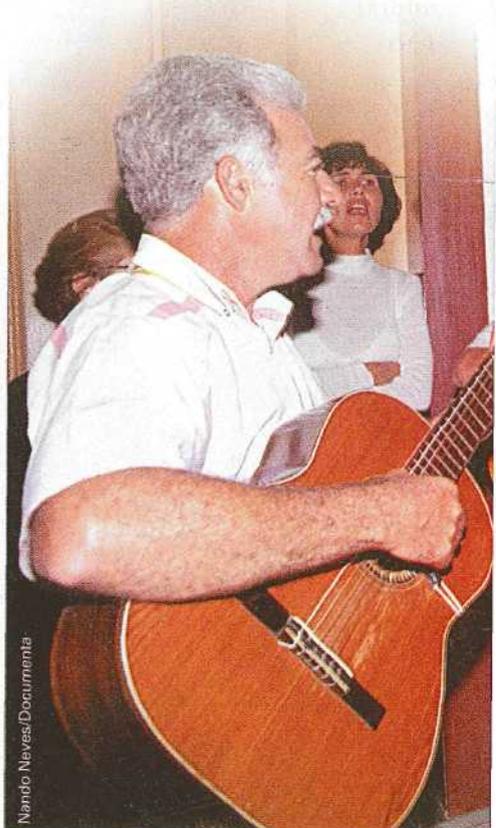
Origem Como filha adotiva do amor romântico/cortês, uma invenção da Idade Média, a seresta surgiu em fins do século XII, no sul da França. Época de muito adultério e das cruzadas (expedições militares de caráter religioso que perseguiram hereges ou infiéis), quando os homens iam para a guerra e os trovadores, gente da alta sociedade, se encarregavam de divertir as mulheres com suas cantorias e promessas de amor platônico. Guilherme VI é tido como o primeiro trovador do mundo. Aliás, o amor romântico foi decisivo para barrar a entrada da mulher na nova cultura que iria caracterizar a Renascença e a Reforma, desaguando ambas em armas ideológicas do emergente sistema capitalista.

No Brasil o hábito dos apaixonados entoarem, das ruas, melodias para a janela de suas pretendidas é cultivado há mais de dois séculos. Cidades como Conservatória (RJ), Macau, Carvalhada e São Francisco (MG) fazem com que a seresta sobreviva em meio às transformações musicais. Os mineiros são tão aficionados por uma rodada de viola em noite enluarada que costumam dizer, de brincadeira, que a seresta é a junção da musicalidade africana com a portuguesa, "uma exemplificação genuína da mineirice."

Exagero à parte, a pluralidade é a grande marca da atual fase da seresta brasileira. Do Maranhão a São Paulo, em pequenas ou grandes cidades, o gênero convive com os altos e baixos da vida política e econômica do país. A seresta já morreu e nasceu várias vezes. Um sinal de que seu destino é permanecer enquanto existir poetas que saem em procissão pelas ruas das cidades, tendo como andor o violão colado ao coração.

É te canta

Do Maranhão a São Paulo, a



mpo de r o amor

Seresta renasce na poesia dos corações apaixonados



Seresta vira moda nas ruas da cidade de Conservatória

A calma das ruas, o fascínio das serestas. Pacata e hospitaleira, Conservatória está localizada num pedaço esquecido da Serra Fluminense, a duas horas de carro do Rio de Janeiro. Ali, invariavelmente nos finais de semana, a paixão pelas serestas vira atração turística. As ruas calçadas de pedras e as fachadas predominantemente coloniais do casario se modificam quando chega sexta-feira. Tudo porque o vilarejo de seis mil habitantes ganha o colorido dos grupos de visitantes.

Seresta, em Conservatória, é sinal de tradição. Programadas ou espontâneas, as serestas na cidade acontecem na noite de sexta-feira e durante o dia de sábado em bares, salões de hotéis e restaurantes. Nas noites de sábado, por exemplo, os cantadores se reúnem por volta das 21h no Museu da Seresta, fazem ali um aquecimento até as 11h, quando então saem pelas ruas tocando e cantando à frente de uma pequena multidão, que vai crescendo a cada esquina. As canções românticas rolam madrugada adentro e enfeitam, com seus temas musicais, a fachada de grande parte das residências.

Há quem garanta que o gosto dos moradores de Conservatória pela serenata data de 1869. A lenda diz que, na época, André Schimidt (professor de alemão, francês e música) radicou-se no município e tinha como costume tocar o seu violino na praça da igreja Matriz, acompanhado pelo povo que cantava ao seu redor. Daí para a tradição da seresta foi um pulo. O vereador Vitor Emanuel Couto confirma essa história e afirma que a serenata é o grande motor da economia de Conservatória.



FENAE comenta situação da CEF

Parece que foi ontem! Ainda na segunda edição da reunião anual da FENAE, em março de 1973, artigo no jornal *FENAE Notícias* dizia sobre os empregados da Caixa: 'Ainda não vamos bem...'

'A verdade é que permanecem muitas das distorções e injustiças acumuladas através do tempo', diz o artigo, assinado pelo então presidente, Arthur Ferreira de Souza Filho. A principal reclamação dos empregados, à época, era a inexistência de promoções já há três anos, desde a unificação das diversas caixas econômicas estaduais.



Reunião da FENAE, em 1973, analisa papel da CEF

Enquanto os empregados iam mal (já naquela época...), a Caixa ocupava o segundo lugar entre os bancos brasileiros, perdendo apenas para o Banco do Brasil. 'A CEF vai muito bem, cada vez melhor, inclusive porque tem recebido crescentes encargos que a tornam mais rica e atraente', diz o artigo.

A reunião da FENAE discutiu os reflexos da unificação da empresa e a gestão da loteria federal, que recentemente havia sido transferida para a CEF. Para a solenidade de abertura do evento, foram convidados o presidente da República, Emílio Garrastazu Médici, o ministro da Fazenda, Delfim Neto, o ministro da Trabalho e Previdência Social, Júlio Barata, e o presidente da Caixa, Marcelo Falco. Nenhum deles compareceu.

NOSSOS PERSONAGENS

Um filósofo dedicado às pregações libertárias

Na origem do movimento sindical brasileiro está o anarep-sindicalismo, cujas idéias foram trazidas para o Brasil pelos imigrantes europeus, especialmente os italianos. Mas não só de estrangeiros fez-se o movimento. Muitos foram os brasileiros que se lançaram às atividades e pregações libertárias da época, entre os quais o filósofo José Oiticica, nascido em Oliveira (MG), em 1882.

Escrevendo sobre o tema em livros como "A doutrina anarquista ao alcance de todos" e "Princípios e fins do programa comunista-anarquista", José Oiticica tornou-se o grande teórico e propagandista do anarquismo no Brasil e em toda a América do Sul.

Na sua origem grega, a palavra anarquia significa ausência de poder. O anarquismo considera o poder, o domínio de um homem sobre o outro, um grande mal. Defende a existência de uma sociedade sem governo, que funcione pela cooperação e solidariedade entre as pessoas.

-Lutando contra a exploração dos empregados pelos patrões, os anarquistas iniciaram movimentos grevistas ainda no século XIX. Entre as principais reivindicações estavam a



jornada de oito horas e o reconhecimento dos sindicatos. Tiveram também participação ativa na primeira greve geral da história do Brasil, realizada em julho de 1917.

Além de pensador e militante anarquista, José Oiticica assumiu a cátedra de prosódia da Escola Dramática do Rio de Janeiro, em 1914, lecionou filosofia portuguesa na Universidade de Hamburgo, entre

1929 e 1930, e foi catedrático do Colégio Pedro II e da Universidade do Distrito Federal. Ele só veio a falecer em 1957, no Rio de Janeiro. 

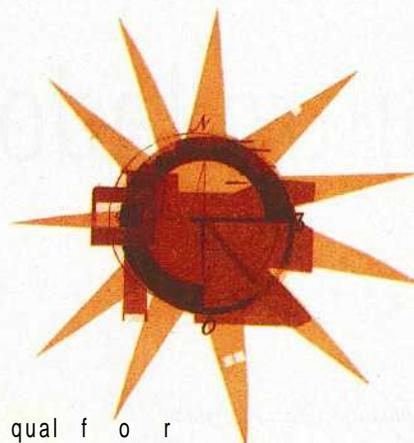
FENAE Corretora lança seguro para viagem internacional

Foi lançado oficialmente no congresso da Associação Brasileira de Agências de Viagem (Abav), em outubro, no Recife, o FENAE Assist, seguro que oferece atendimento em situações de emergência médica, odontológica, acidentes pessoais, extravio de bagagem e outros incidentes.

O FENAE Assist, operacionalizado pela FENAE Corretora, é segurado pela Icatu Hartford e tem atendimento internacional da Europ Assistance. Uma das vantagens do sistema é a venda, totalmente eletrônica, através do sistema Amadeus, ligado a mais de dois mil pontos de venda em todo o país.

O produto é voltado principalmente para os cerca de 4,8 milhões de turistas brasileiros que vão ao exterior todos os anos. Destes, apenas 30% fazem seguro de viagem.

Durante o pré-lançamento, no Rio de Janeiro, estiveram presentes ao evento representantes das empresas ligadas à FENAE Corretora nessa iniciativa (Gilson Novo, diretor da Amadeus, Carlos Milina, diretor da Europ Assistance, e Carlos Alberto Trindade, vice-presidente da Icatu), bem como os diretores da FENAE Carlos Coser e Carlos Borges.



Seja qual f o r

o seu

Destino,

você está
 sempre

seguro.



**FENAE
ASSIST**
Seguro na ida e na volta.

Rv. Rio Branco, 147/13º andar - Centro - CEP: 20058-900 - Rio de Janeiro - RJ
Tel: (021) 507-5455 /507-1223 - R:1321/1333 Fax:(021) 507-3564
ASSIST FONE: 0800 269966

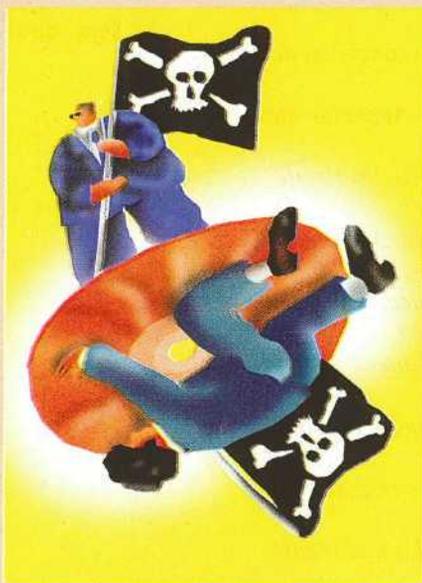
Visite nosso site: www.fenae.org.br/fenaeassist

O outro lado da pirataria

■ Tárík de Souza

Uma dispendiosa campanha publicitária incluindo jornais e TVs, além do aparato de um encontro coletivo com o presidente da República jogaram na mídia a questão do disco pirata. Fabricado em mercados clandestinos, contrabandeado via Paraguai, ele começa a fazer no mercado de CDs um estrago semelhante ao que ocorreu na área das fitas cassetes, em que a contrafação tomou-se majoritária. Na propaganda foram utilizados artistas hoje de repertórios praticamente aliados das rádios e TVs como Chico Buarque, Caetano Veloso, Gilberto Gil e Milton Nascimento. Não deixa de ser um paradoxo típico das regras selvagens do setor. Estes artistas considerados "deprestígio" são chamados a avaliar uma luta da qual pouco participam, já que dificilmente seus discos seriam pirateados, na medida em que eles não são os maiores vendedores. E além disso - outro detalhe cruel de nossa economia troglodita - seu público, mais esclarecido (e melhor aquinhado na distribuição de renda) dificilmente compra na camelotagem, meio básico de circulação dos CDs falsos.

A pirataria, obviamente, é roubo - dos direitos autorais à fabricação do produto - o que significa também incremento ao desemprego num país onde estes índices crescem assustadoramente. Mas não se pode ficar na periferia do problema. A começar pelo alto preço dos CDs, em relação aos outros países, incluindo a alta margem de lucro da intermediação, que funciona como novo fator de restrição da circulação de determinados esti-



los musicais fora da mídia - já que as encomendas de discos são feitas apenas dentro do círculo vicioso do sucesso. E mais: porque não numerar os discos (como se faz com os ingressos dos espetáculos) e com isso dificultar a ação dos falsários? Trata-se de uma velha reivindicação da classe artística que nunca foi atendida. Um projeto nesta direção do deputado paulista Franco Montoro foi vetado no apagar das luzes do governo Médici - só para dar uma idéia da importância e dos privilégios envolvidos.

Ao lado da falsificação cada vez mais endêmica (frauda-se remédios, resultados de exames de laboratório e até autopeças), a própria indústria do disco contribui para sufocara música popular, um dos raros produtos nacionais de reconhecimento internacional. O pagamento para execução - praxe conhecida como jabá, cada vez mais generalizada - impede o aparecimento de artis-

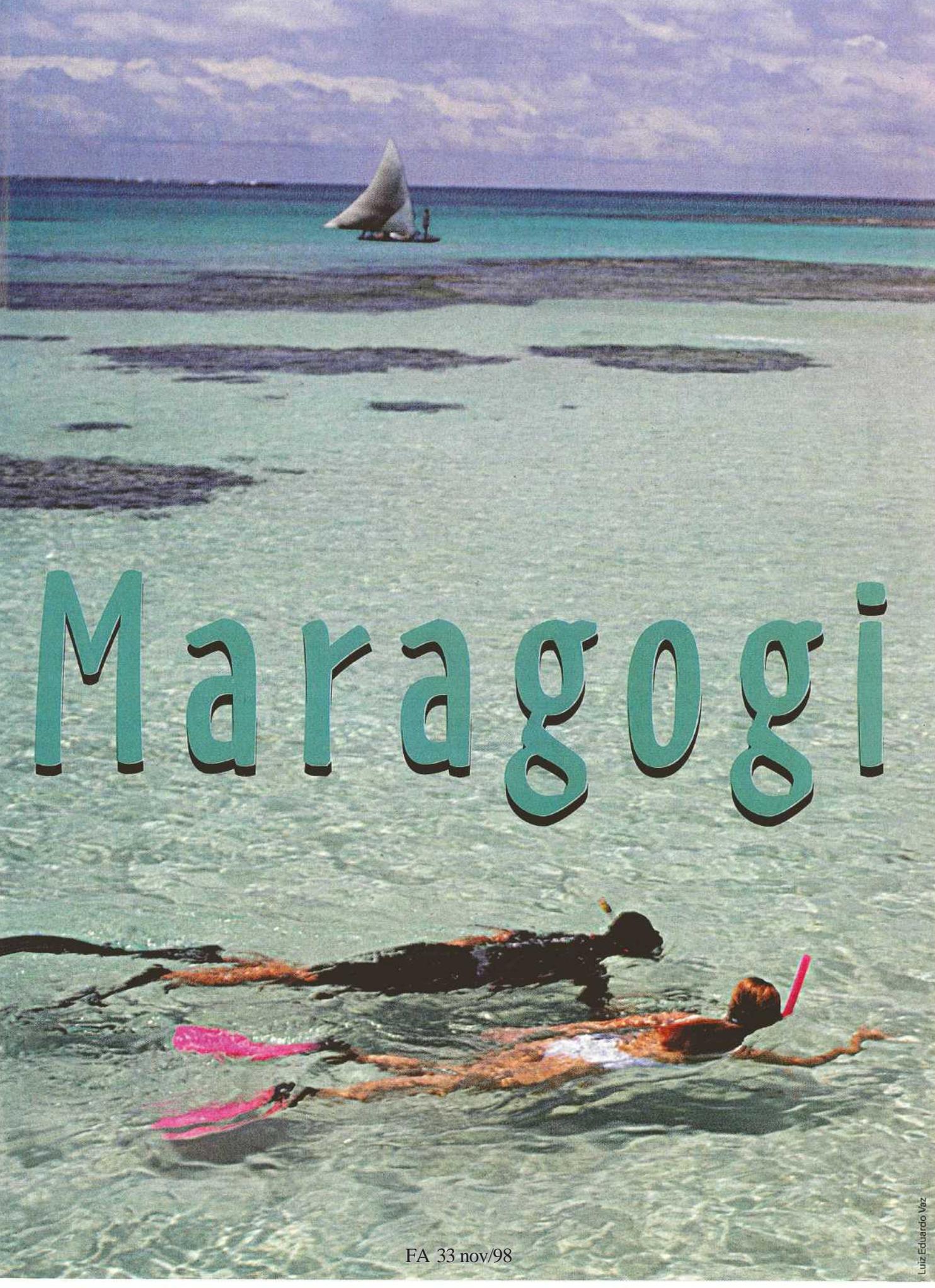
tas com propostas novas fora do padrão imposto de cima para baixo pelos chamados departamentos artísticos. Os pequenos selos, que acolhem essas propostas, por sua vez, não podem competir com os conglomerados e permanecem aparte do mercado e, em muitos casos, abaixo da linha de sobrevivência.

Numa época de cortes generalizados de verbas seria irreal imaginar uma participação governamental de incentivo aos novos. E a prática do jabá para comprovação e combate sistemático dependeria de uma vontade política do setor diretamente envolvido, algo como pedir a uma pessoa que atire no próprio pé. Quanto tempo os capitães da indústria vão levar para perceber que apostando no imediatismo da venda fácil de produtos rasteiros, praticamente de cartas marcadas, estão matando a galinha dos ovos de ouro?

Outras saídas? Os artistas criarem suas próprias vias de acesso ao provável comprador de seus discos e espectador de seus shows. E o consumidor organiza-se em clubes de apreciadores de determinadas cores e estilos para eliminar intermediários. A Internet avança e também pode oferecer opções fora dos pagodes em série, dos sertanejos de butique e da música nordestina diluída em axé emastruz com leite.

Tárík de Souza,

jornalista 



Maragogi

Um cenário natural

Maragogi, no litoral norte de Alagoas, é perfeito para o turismo. Concentra praias de águas cristalinas e um cenário natural de tirar o fôlego.

É um cartão-postal para o mundo. Praias protegidas por recifes de corais, piscinas naturais, vastos coqueirais, pequenas vilas de pescadores e vegetação de extraordinária beleza são os diversos espelhos de Maragogi, um paraíso do litoral norte de Alagoas que se localiza entre as cidades de Maceió e Recife.

Privilegiado por cores e formas, o litoral nordeste do Brasil - do qual Maragogi faz parte - despertou, há quase 500 anos, a atenção do escrivão Pero Vaz de Caminha (da frota de Pedro Álvares Cabral). Em um trecho da célebre carta ao rei de Portugal, Caminha fez a seguinte revelação: "...essa terra, senhor, de ponta a ponta, é toda praia rasa, muita plana e bem formosa...". Não foi exatamente Maragogi o local no Brasil que o escrivão da caravana de Cabral visitou, mas o cenário baiano de Monte Pascoal e o de Maragogi são parecidos e pertencem à longa faixa de praias de areias contínuas da cos-

ta nordestina brasileira.

Para o turismo, Maragogi é uma cidade perfeita, com inusitada concentração de praias de águas azuis e mornas, florestas nativas da Mata Atlântica, rios cristalinos e um banco de corais com 600 piscinas naturais. Um lugar onde o turismo convive lado a lado com a ecologia. Segundo Francisco Lopes Alves Pinto, secretário de Turismo, Cultura e Meio Ambiente do município, a vocação de Maragogi para o setor faz parte da história da cidade. "É pela segmentação do turismo que Maragogi quer garantir anos de prosperidade e crescimento", anuncia ele.

Francisco Pinto informa que o município passará a investir mais pesadamente no turismo de eventos a partir do próximo ano. Para isso já está confirmada a realização do 1º Campeonato Brasileiro da Classe Laser, de 4 a 12 de fevereiro/99, que contará com a presença de 160 barcos. Outra meta é fomentar atrações para uma clientela especial: os clubes da terceira idade.

Rural Afora o sol, o mar, a sombra e a água fresca, outra opção que Maragogi oferece a quem a visita é o turismo rural. Os antigos engenhos de açúcar estão sendo visitados por turistas do Brasil inteiro, a exemplo do Marrecas de São Gonçalo. É comum, nas casas de engenho do século XVII, "os estrangeiros" aprenderem a fazer farinha de mandioca, conhecerem os criatórios de camarão, tirarem leite de vaca e andarem a cavalo e de charrete entre canaviais e a Mata Atlântica, tomando um delicioso banho de bica.

Historicamente, Maragogi também tem muito para contar. Foi disputada por holandeses e portugueses em batalhas que aconteceram na praia Grande, no século XVII. O nome da cidade provém de Marahub-by ou rio das Maraúbas (Maracujá), de acordo com o etnólogo/historiador Moreira e Silva. O município, que antes de sua emancipação política e econômica se chamava Gamela e posteriormente Isabel, recebeu a visita ilustre do



de cores e formas

as azuis, florestas nativas, rios cristalinos e um banco de corais com 600 piscinas

imperador D. Pedro II.

A economia da região está baseada na cultura da cana-de-açúcar e do coco, na pesca rudimentar, na agropecuária e no turismo. O turismo, aliás, é o maior e o mais explorado motor econômico do município. Tanto que o governo de Alagoas, através do projeto Costa Dourada, está promovendo a infraestrutura do litoral norte do Estado, oferecendo incentivos fiscais e financeiros para investidores privados.

Foi com este objetivo que se ergueu o corredor turístico litoral norte, ligando Maceió ao município de Maragogi.

Programa obrigatório em Maragogi é saborear a culinária nativa, com base em um cardápio de frutos do mar e bolos de goma (famosos na cidade). Conta-se que, passada de mãe para filha, a receita dos bolinhos ajuda bastante no desenvolvimento da economia maragogiense. Fes-

tiva por natureza, a população de Maragogi tem o antigo costume de se divertir, durante as noites, ao som de folguedos populares como bumba-meu-boi, samba

matuto, coco-de-roda, ciranda, guerreiro e quilombo. Este último faz recordar um dos mais marcantes capítulos da luta de libertação dos escravos, quando, sob a liderança do legendário Zumbi, os negros fugitivos organizaram "quilombos" e fundaram a República dos Palmares, destruída em fins do século XVII.

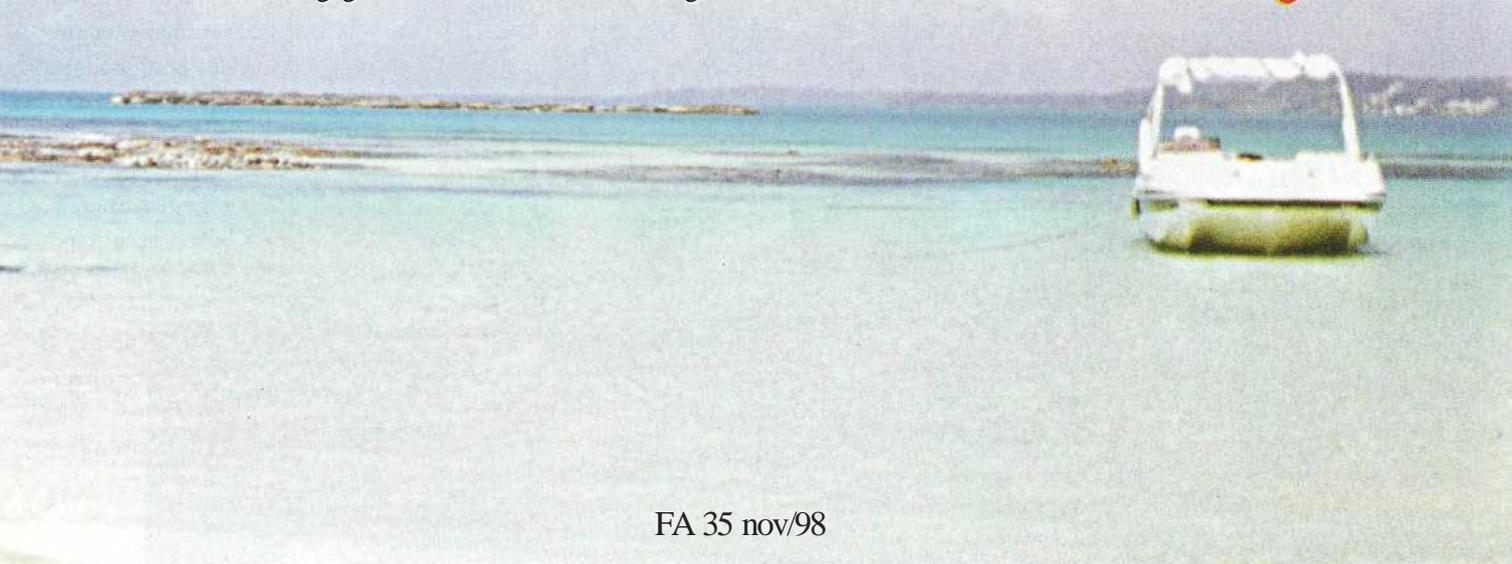
Ainda em Maragogi se encontra um sem-número de espécies de plantas e animais. Exotismo e beleza são adjetivos utilizados pelos turistas e nativos para denominar a fauna silvestre e a flora selvagem. Há mamíferos como os sagüis e aves como o anum-branco, a rolinha-fogo-pagous e o bem-te-vi. São comuns também a mangabeira, a rubiácea e o ca-

jueiro. E, por tabela, sobressaem-se as palmeiras. Dentro da complexidade desta fauna, as bromélias e os cactos completam a verde e paradisíaca paisagem da Mata Atlântica. O lugar é ideal para a prática do ecoturismo.

Localização Maragogi tem 135 anos de existência.

Situado no litoral alagoano, o município faz limites ao norte com Pernambuco, ao sul com Japaratinga e Porto Calvo, ao leste com o Oceano Atlântico e a oeste com Jacuípe. O clima é quente e úmido. A época mais chuvosa é de maio a agosto e a mais quente vai de outubro a janeiro. Fica a 120,6 km de Maceió (com pelo menos duas horas de carro). Para quem quer conhecer esse paraíso no coração de Alagoas, a Fenaetur (agência de viagens da FENAE) oferece pacotes com preços acessíveis. Os serviços do pacote incluem três noites de hospedagem com café da manhã, traslado Recife/Maragogi e Maragogi/Maceió, bolsa Fenaetur e seguro viagem. 

O turismo
é o motor
econômico
de Maragogi



O petróleo que move o mundo

A pesar das preocupações manifestadas por ambientalistas, o petróleo ainda responde por um terço de toda a energia usada no mundo e pela quase totalidade dos combustíveis utilizados nos transportes.

Os motores e os processos de combustão geram o dióxido de carbono, um gás incolor e inodoro, cuja emissão para a atmosfera altera o efeito estufa, fazendo aumentar o aquecimento global. A combustão incompleta da gasolina e do óleo produz ainda o monóxido de carbono, um gás venenoso, que ao ser inalado em grande quantidade pode provocar

doenças.

Calcula-se que existam hoje - entre carros, caminhões, trens, aviões e barcos - mais de 550 milhões de veículos na Terra, o suficiente para envolvê-la mais de 40 vezes. A exaustão (emissão de poluentes) de todos esses veículos polui o ar e eleva a quantidade de ozônio ao nível do solo, onde sua ocorrência não é natural. Nas camadas elevadas da atmosfera, o ozônio é importante porque filtra os raios ultravioleta, mas ao nível do solo é perigoso porque forma poluentes tóxicos reagindo com outros gases da atmosfera poluída.

Produção Pelos cálculos de Ricardo Maranhão, presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet), a produção mundial de petróleo, hoje, está por volta de 70 milhões de barris/dia, ou cerca de 25 bilhões de barris/ano. Levando-se em conta que as condições tecnológicas atuais possibilitam ao homem recuperar as reservas mundiais até um trilhão de barris, o petróleo estaria então assegurado para os próximos 40 anos. Isso em caso de a demanda não crescer, obviamente.

Maranhão ressalta, no entanto, que o avanço tecnológico deverá garantir petróleo por muito mais tempo. Novos processos, com aumento do coeficiente de melhoria, podem aumentar substancialmente a capacidade de recuperação do petróleo nas reservas existentes.

Em parte, esta tese encontra respaldo em análise conjunta dos pesquisadores Carlos Feu Alvim e Ornar Campos Ferreira, da equipe de Energia&Energia, publicação especializada em questões energéticas e tecnológicas.. Eles entendem





Com as condições tecnológicas atuais, o petróleo estaria assegurado só por mais 40 anos

que "a questão do fim da disponibilidade de petróleo é uma falsa questão ... já que sempre haverá algum petróleo que, por razões puramente econômicas, não será extraído".

No trabalho intitulado 'A depleção do petróleo', os professores Carlos Feu e Ornar Campos admitem que o conceito se aplicaria mais à disponibilidade de petróleo a um preço viável como energético de largo uso, frente a seus sucedâneos. Assim, para aplicações específicas em que seja insubstituível, "o petróleo continuará, provavelmente, a existir ao longo da existência humana no planeta".

De olho nas projeções sobre o comportamento da demanda por petróleo nos próximos anos, os ambientalistas entendem que chegou o momento de se promover um refluxo no consumo mundial, apostando-se cada vez mais em fontes alternativas de energia. Já entre os

chamados "desenvolvimentistas" a postura adotada é a de quem acredita que o "ouro negro", apesar de finito, nunca se esgotará inteiramente, sendo portanto desprovida de sentido a racionalização de seu uso - a preocupação ambiental é solenemente relegada ao plano das questões menores.

Ricardo Maranhão lembra, no entanto, que a posição de equilíbrio entre a visão ecológica e o consumo desregrado vem ganhando consistência nos debates em âmbito mundial. Para o engenheiro, a multiplicidade de aplicações e o bom preço do petróleo no mercado o tornam "insubstituível" como a principal fonte de energia do planeta. Esta seria também a razão de seu uso ser ainda tão intenso. O que se discute é a necessidade de se buscar alternativas ao petróleo em determinadas aplicações, por razões estratégicas e, sobretudo, ambientais. 🇧🇷

O "ouro negro" movimentará mais de US\$ 1 trilhão por ano

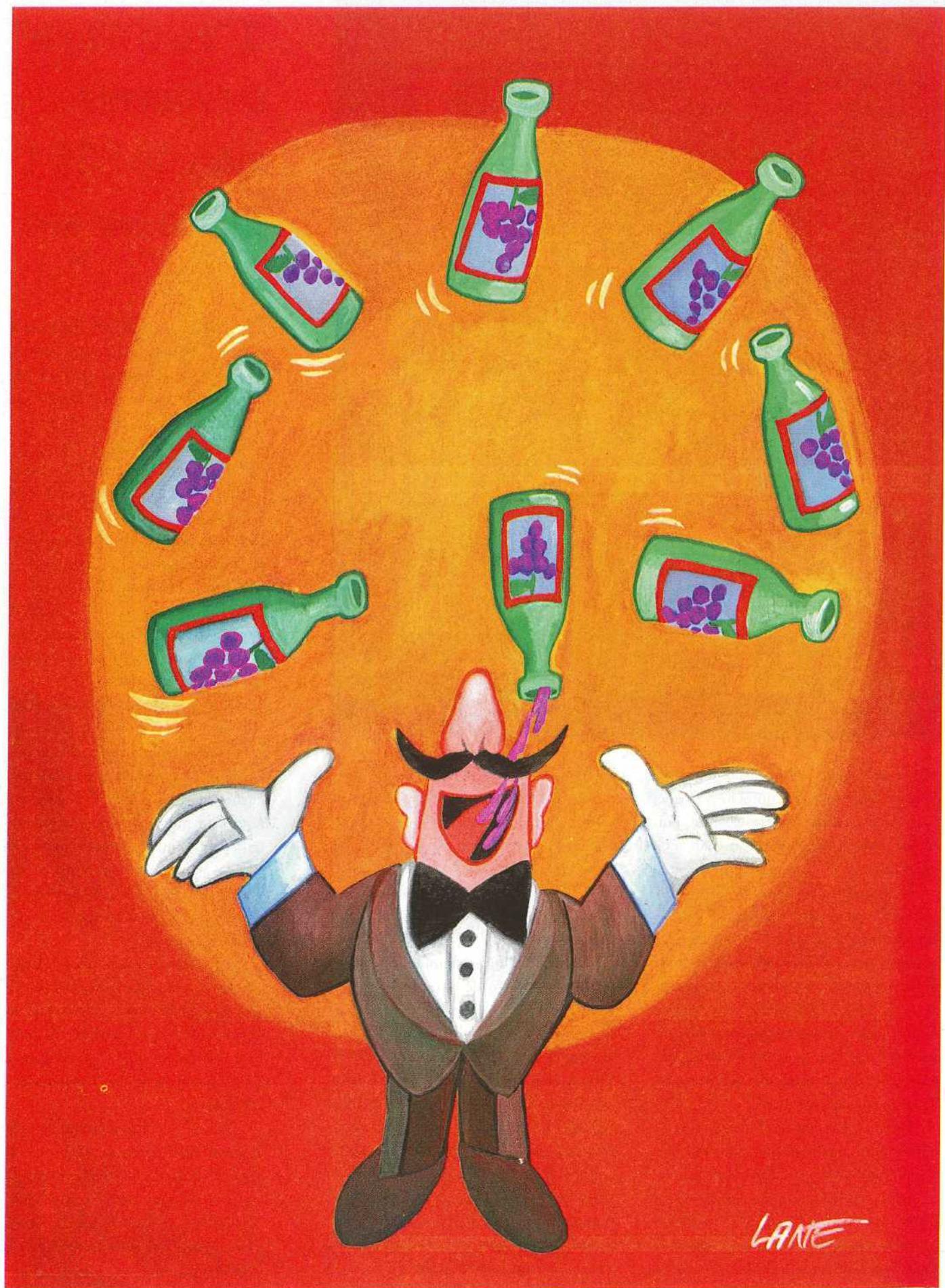
A origem do petróleo tem sido fonte de largas controvérsias e várias teorias: origem orgânica, mineral, química, vulcânica, entre outras. Mas a que tem maior número de adeptos é a primeira.

Pela teoria da origem orgânica, a formação do petróleo deve-se à decomposição de animais e vegetais depositados no fundo dos mares primitivos durante milênios, sob a ação da temperatura no interior da terra, pressões orogênicas (movimentos que produzem os relevos da crosta terrestre) e, especialmente, das bactérias quimicamente ativas que existem em grande quantidade nos sedimentos marinhos.

De acordo com o dicionário Aurélio, petróleo é um combustível líquido natural, composto quase exclusivamente de hidrocarbonetos, e que se encontra preenchendo os poros das rochas sedimentares, formando depósitos de grande extensão. Proveniente do latim *petroleum* (*petra* - pedra e *oleum* - azeite), a palavra petróleo significa azeite de pedra. É, basicamente, uma combinação de carbono e hidrogênio.

O petróleo é o maior setor de negócios do mundo, movimentando diretamente mais de US\$ 1 trilhão por ano. É matéria-prima para o plástico, o nylon, a borracha sintética, o acrílico, as tintas e boa parte dos fertilizantes e remédios.

Toda a tecnologia produzida pelo homem não é capaz de produzir uma gota de petróleo que seja em laboratório. No caso de esgotamento das reservas hoje existentes, seriam necessários milhões de anos para produzi-lo novamente.





O que era preferencial na sua vida,
agora ganhou um Plus.

SEGURO
PREFERENCIAL
VIDA plus

Plus, porque o seguro que já valoriza seu capital, agora vai valorizar ainda mais - além das coberturas que você já conhece, tem novas coberturas para doenças graves, como: cardíaca, pulmonar, renal, AIDS, neoplásicas malignas, paralisia irreversível e incapacitante. **Plus**, pelo serviço funeral que oferece aos segurados e dependentes toda uma assistência em caso de falecimento. **PIIIS**, já que os filhos menores de 21 anos e maiores de 15 anos*, passam a ter cobertura automática (no valor de 10% da Cobertura Básica do Segurado Principal). **Plus**, ao permitir a inclusão de parentes (pai, mãe, filhos e irmãos), através de desconto por débito automático em conta corrente ou pagamento por ficha de compensação. **Plus**, porque além de você se sentir mais seguro, vai concorrer a R\$ 10.000,00 todo mês. Tudo isso com o menor custo do mercado e a garantia da SASSE. O que era Preferencial Vida, agora é Preferencial Vida Plus. Quer mais?

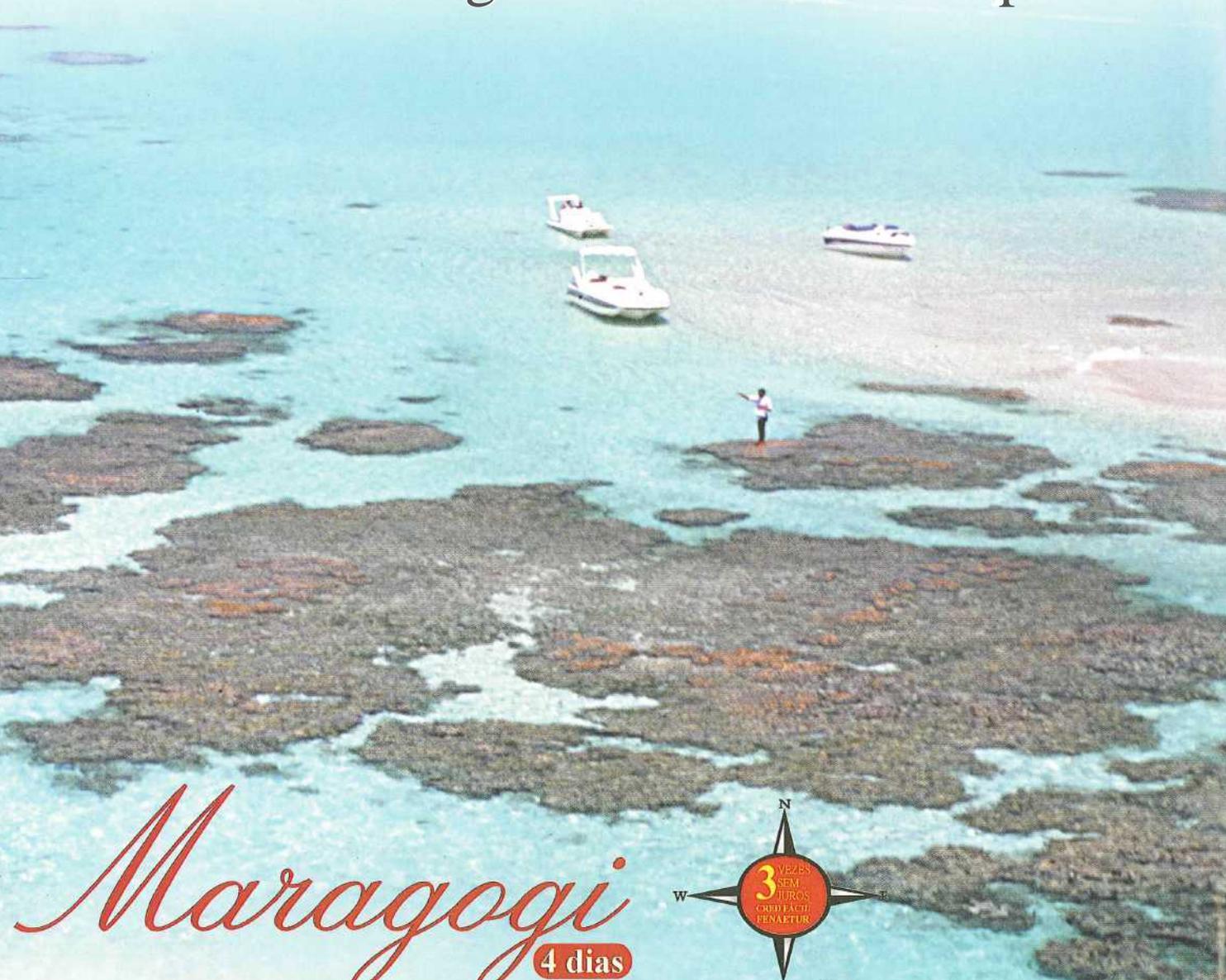
* Limite somente para os menores de 14 anos (neste caso, o seguro destina-se apenas ao reembolso das despesas com funeral).

25
Anos
FENAE
SEGUROS



FENAE TUR

Sua viagem na melhor companhia



Maragogi

4 dias



- ✓ 3 Noites de hospedagem com café da manhã
- ✓ Translado Recife / Maragogi / Recife ou Maceió / Maragogi / Maceió
- ✓ Bolsa Fenaetur
- ✓ Seguro viagem

Hóteis	IND	DBI,	TPL
Praia Dourada	411,00	213,00	197,00
Clud Salinas	613,00	314,00	283,00

Aéreo consultar condição especial FENAE TUR

Preços por pessoa em R\$ Reais sujeito a reajuste sem prévio aviso, válidos para saídas até 20/12/98, exceto feriados e datas especiais

Fenaetur@fenaet.org.br

Belém (091) 224-2096 / Belo Horizonte (031) 201-4196/Brasília (061) 226-8821 /Fortaleza (085) 261-7700
Recife (081) 465-3062 /Rio de Janeiro (021) 509-3462 /São Paulo (011) 257-2211 /Salvador (071) 340-6856
DEMAIS LOCALIDADES CENTRAL RESERVAS BRASIL TOOL FAX: 0800 614060